

LISIPLO

BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO XIII
N.º 50

ABRIL
1950



Edições da "PORTUGALIA"
sobre Lisboa



A CARAVELA E OS CORVOS

por SUSANNE CHANTAL. — Os
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas
30\$00

A NOSSA LISBOA

por MATOS SEQUEIRA e PAS-
TOR DE MACEDO. — Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.
40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por NORBERTO DE ARAÚJO e
ANTONIO SOARES
Edição portuguesa 12\$00
Edição francesa 15\$00
Edição inglesa 15\$00



A' venda em todas as livrarias

**E. Pinto Basto
& C.^a, L.^{da}**

L I S B O A

TRANSPORTES
MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS
ETC.—ETC.

N O P O R T O

**Kendall, Pinto Basto
& C.^a L.^{da}**

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA ↘ EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima
Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante—Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidromineral e Fisioterápico, Aná-
lises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS

ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »
« Five Crowns »
« Six Grapes »
« Imperial Dry »

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

CHÁ CELESTE





Executamos quaisquer
trabalhos de:

- Livro
- Jornal
- Modelos comerciais
- Encadernação
- Gravura
- Composição mecânica

151, Rua do Salitre, 155

Telef. 53173/4

LISBOA

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e

Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvária, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

1850-1950
ANO CENTENÁRIO

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TEL.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 FANTASIA LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITARIA E
DE GRÉS CERAMICO
AZULEJOS-MOSAICOS

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO

R. CARMELITAS, 40
Tel. 22033

COIMBRA

R. DR. RODRIGUES, 13
Tel. 3546

ATENÇÃO

A OURIVESARIA

Miguel A. Fraga, L.^{da}

RUA DA PALMA, 26-28

Participa aos seus amigos e
Clientes que já se encontra
nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

onde continua a vender,
OURO, PRATA E JÓIAS
a baixos preços.

Largo Martim Moniz, 18

LIMPEZA A SECO

(A PERCHLORÉTHYLENE)

Assistência técnica por alfaiate especializado na
fábrica de GASTON LAUNAY DE PARIS

IMPERMEABILIZAÇÃO DE GABARDINAS

(GARANTIDA)

Bastará ligar para 23422 ou dirigir à R. da
Prata 156 s/l Alfaiataria de Ângelo Soares

N. B. — Somos nós que limpamos para os melhores Alfaiates e Modistas

Oferta

27 JUL. 1988

ANO XIII

ABRIL DE 1950

NÚMERO 50

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
COMP. E IMP. «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMÁRIO



- O MONUMENTO DA RAINHA D. MARIA I, por *J. M. Cordeiro de Sousa*.
- SEJAMOS TRADICIONALISTAS!, pelo Dr. *A. Meyrelles do Souto*.
- UM COMERCIANTE HANSEÁTICO EM LISBOA, por *Heinrich Katzenstein*.
- O PALÁCIO DE S. BENTO — ASSEMBLEIA NACIONAL — pelos *Pin-tores Martins Barata e Domingos Rebelo*.
- DO SÍTIO DO INTENDENTE, pelo *Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves*.
- UMA INSTITUIÇÃO LISBOETA — AS INSTALAÇÕES DA COM-PANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA NAS AMOREIRAS E SANTO AMARO, por *António Aluizio Jervis Pereira*.
- ASSEMBLEIA GERAL DE 1950 — Relatórios.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

O MONUMENTO DA RAINHA D. MARIA I

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

A propósito da colocação do monumento de D. Maria I em Queluz, ocorreu-me contar alguns pormenores da história acidentada dessas pedras que, durante mais de cento e cinquenta anos, andaram de *Herodes para Pilatos*, primeiro juntas, logo dispersas, perdidas umas, abandonadas outras, até que, reunidas as principais, foi o monumento levantado, entre aplausos e discordâncias, em frente do famoso Palácio.



Entre os alunos da Casa Pia escolhidos por Pina Manique para irem aperfeiçoar-se nas belas-artes no Colégio Português de Roma, partiu em 1795 um rapaz chamado João José de Aguiar, que estudava desenho na Aula do Castelo, e que chegado à Cidade Eterna, logo se notabilizou pelos progressos conseguidos na modelação e na escultura, sob a direcção de Angelini, e de Canova, a ponto de lhe serem conferidos certos prémios que a Inspeção das Belas-Artes instituiu.

Certo dia, por 1794, o Intendente incumbiu-o de executar a estátua, e todo o trabalho de escultura, para um monumento da Rainha. Concluída a obra em belo mármore de Carrara três anos depois, logo no ano seguinte foi apreendida pelas tropas francesas que haviam ocupado a Cidade dos Papas. E aqui começa a odisseia do mal-fadado monumento.

Só em 1802, resgatado por 650 escudos, quando no dizer dos entendidos tinha custado mais de 18.000, e encaixotadas todas as suas peças, é expedido para Génova, onde o embarcam no navio inglês «Marquês de Kilder», do comando de um tal Jácome Walters, que o trouxe para Lisboa, sempre acompanhado pelo pintor Viale, onde chegou pelas 4 horas da tarde de 3 de Setembro.

Mas, onde ia ser erigido o monumento?

Parece que não se tinha pensado nisso.

Pina Manique, muito arreliado, pede ao Ministro Sousa Coutinho para indagar do Príncipe-Regente o local, para saber onde mandaria desembarcar os pesados caixões, se bem que lhe parecesse mais apropriado o Cais de Belém, no caso de Sua Alteza determinar colocá-lo ali na Quinta Real, ou mesmo se preferisse transportá-lo para o «Real

Sítio de Queluz». E entre hesitações lá carregaram com tudo para a quinta de Belém.

Parece que, aproveitadas algumas pedras dos degraus para um tanque do Palácio da Bemposta, as peças principais foram levadas para o telheiro da Ajuda, onde estiveram desde 1828 a 1830, e dali para um barracão na Estrela.

Essas peças eram, além da estátua da Rainha, dois baixos-relevos para serem colocados nas faces laterais do pedestal, alusivos às «obras que a mesma Augusta Senhora mandou erigir nesta corte durante o seu governo»: a fundação da Academia Real de Marinha, e a da Casa Pia; uma pedra com as armas Reais, e outra lisa destinada à inscrição; e quatro figuras alegóricas da Europa, África, Ásia, e América, com seus plintos, que ficariam colocados junto à base.

Em 1858, por ocasião dos festejos do casamento do Rei D. Pedro V, essas quatro figuras foram aproveitadas para ornamentar um monumento improvisado no Rossio.

Já em 1849 o Conde de Tomar, então Presidente do Conselho de Ministros, nomeara uma comissão composta pelo Visconde da Luz, Pinheiro Furtado, e Moreira Bergara, para estudar a erecção do monumento no Largo da Estrela, fazendo-se-lhe certas modificações projectadas pelo architecto Ferreira da Costa, que também propunha o recuo em curva da gradaria do Jardim. Como nada se fizesse, Rodrigo da Fonseca nomeia em 1867 nova comissão composta por José da Costa Sequeira, e Francisco de Paula Araújo Cerqueira, que também propõe modificações.

Os vários projectos indicavam sempre como local para a colocação do monumento a Estrela, variando apenas entre o lado e a frente da Basílica, dentro ou fora do Jardim.

Entretanto eram depositados no Museu Arqueológico do Carmo: a estátua da Rainha, as quatro pedras do pedestal, e as quatro figuras alegóricas com os respectivos plintos. Já não se sabia dos degraus, e de toda a silharia lisa!

Entre 1872 e 1875, Margiochi então vereador da Câmara, insiste pela colocação do monumento no Passeio da Estrela. Pediu-se o parecer da Associação dos Arqueólogos, mas esta levou tanto tempo a responder, que, quando o fez... já o Passeio estava fechado com a grade actual.

Correm os anos e, em 1896, a Câmara pede ao Ministério das Obras Públicas a cedência das estátuas que representam as 4 partes do Mundo, para as colocar na Avenida da Liberdade.

Aquí ardeu Tróia! Os Arqueólogos barafustam, nomeiam uma comissão para tratar do caso. Não podia ser. As estátuas pertenciam ao monumento. Se o Município queria embelezar a Cidade, erguesse-o

íntegro na Estrela, ou em qualquer parte que recordasse a influência da Rainha. Se queria ornamentar a Avenida, encomendasse a escultores nacionais os bustos de portugueses notáveis; mas tirar as estátuas do Carmo, isso não!

A Câmara insiste, e diz que nem o Ministro do Reino, nem o Governador Civil se opunham à ida das estátuas para a Avenida, e que, por tanto, dera ordem ao chefe da Repartição dos Passeios para ir buscá-las ao Carmo. Os Arqueólogos não se dão por vencidos e protestam. A questão vai-se protraindo, até que em 1898, o Ministro do Reino manda nova ordem para a entrega. Os obstinados Arqueólogos, porém, não cedem à ordem ministerial, sem primeiro recorrerem ao Ministro das Obras Públicas, que fora quem as lá tinha depositado.

Uma nova comissão é nomeada, o Presidente da velha Associação anda numa polvorosa do Ministério do Reino para o das Obras Públicas. Aqui dão-lhe razão, mas não vêm inconveniente na colocação provisória das pobres estátuas para embelezamento da Avenida, agora que iam celebrar-se as comemorações do Centenário da Índia. Era apenas enquanto não fosse possível erigir o monumento. E assim ficou combinado. As estátuas seriam entregues, mas com essa condição.

E lá foram para a Avenida, onde até há pouco todos nós as vimos.

Tudo parecia ter acalmado, quando em 1934 o Conselho de Estética da Câmara Municipal renova a sugestão de colocar o monumento no Largo da Estrela, e três anos depois pede ao Governo para estudar o assunto. Em fins de 1939 o jornal «A Voz» insiste pela ideia que ficara adormecida, chegando a convocar uma reunião dos directores dos jornais lisboenses, de onde saiu nova comissão encarregada de, com o apoio da Academia, da Associação dos Arqueólogos, e do Grupo «Amigos de Lisboa», pedir a colocação do mal-fadado monumento em frente da Basílica do Sagrado Coração de Jesus.

Publicam-se convincentes artigos, fizeram-se entrevistas com diversas pessoas de autorizada opinião, mas eis senão quando, o Ministro das Obras Públicas resolve o caso, mandando reconstruir o monumento no «Real Sítio de Queluz».

SEJAMOS TRADICIONALISTAS

pelo Dr. A. MEYRELLES DO SOUTO

Enquanto lá fora, até em países de passado menos brilhante que o nosso, vemos manterem-se certos hábitos tradicionais, entre nós eles têm sido combatidos, esquecidos e considerados retrógrados.

Salvou-se desse «bota-abaixo» a Universidade de Coimbra — talvez excepção única — conservando as suas praxes, o cerimonial de antanho, a indumentária própria para alunos e professores.

Honra lhe seja!

Nas outras universidades, quantos mestres regem os cursos entregando os trajes oficiais? Porquê?

Lá uma vez ou outra, em cerimónias mais solenes — concursos, etc. — lá os vestem, sabe Deus com que contrariedade íntima alguns.

E, no entanto, em Mompilher, por ex., (para não falar, é claro, na Inglaterra, cujas tradições fazem lei, que ninguém jamais pensou em derrogar: se até os juizes julgam com a cabeleira postiça colocada na cabeça!) em Mompilher, os catedráticos de medicina usam ainda uma toga vermelha com pequena capa orlada de arminho, símbolo da sua categoria de «Cónegos Honorários».

Haverá, possivelmente, entre eles, alguns anti-clericaes, alguns maçons; não importa! A indumentária continua a ser a de «Cónegos Honorários da Cathedral de Mompilher».

Num escaninho da Sala de Actos ainda mostram (eles próprios muito dubitativos...) a toga que foi de Rabelais, há bons 400 anos!!



Mas o fim que tenho em vista ao escrever estas linhas é o de chamar especialmente a atenção dos «Amigos de Lisboa» para o hábito (que se vai enraizando e, dentro em breve, se não poderá arrancar) de esquecer os nomes com que eram conhecidos alguns dos poucos palácios ainda existentes na Capital: o dos fundadores e primitivos donos.

Vamos a Paris e ninguém fala na Câmara dos Deputados, mas sim no Palácio Bourbon; ninguém se refere ao Senado, mas sim ao Luxemburgo. O Palácio do Louvre, hoje museu célebre, outrora resi-

dência dos reis da dinastia Valois, jamais será conhecido senão por esse antigo nome.

Em Estrasburgo, o «Hôtel Rohan» (recordo que o primitivo significado de «hôtel» é palácio) já não pertence a essa ilustre família, mas continua a ser chamado assim, apesar de servir hoje para museu.

Vai-se a Florença, e são os nomes dos antigos senhores aqueles que, definitivamente, marcaram os seus palácios — mesmo que, hoje, pertençam a outrém, particular ou Estado.

Assim, o Strozzi, da família guelfa que vários almirantes deu à Itália, — e onde se estadeava, na minha passagem pela cidade do Dante, uma esplêndida exposição documental e artística referente ao período brilhante de Lourenço, o Magnífico;

O Medicis-Ricardi — primitiva habitação da família dos, mais tarde, Grão-Duques da Toscana, em cuja capela se pode admirar a soberba «Adoração dos Magos», de Benozzo Gozzoli, o qual a si próprio se representou na comitiva;

O Pitti, última residência dos Medicis quando abandonaram o poder e deixaram, por isso, de habitar o «Palazzo Vecchio», da «Signoria» — todos mantêm o cognome através dos tempos.

O mesmo sucede em Mompilher com o «Hôtel Saint-Côme», construção neo-clássica com o seu peristilo de colunatas — hoje Câmara do Comércio — em tempos de antanho escola de cirurgia, desses tempos curiosos de setecentos em que os barbeiros e cirurgiões disputavam a entrada na Confraria de S. Cosme e S. Damião, uns de «robe courte» (os barbeiros), outros de «robe longue» (os cirurgiões) (1).

Igualmente em Veneza, nos palácios Vendramin (onde Wagner morreu), no Pesaro, no Foscari, no Mocenigo (onde Byron residiu), no Ca' Rezzonico (transformado em museu do divertido século XVIII na cidade das lagunas e das gondolas) são os nomes dos antigos possuidores aqueles que se mantêm através da história.

E em Roma mesmo, não se fala na Embaixada da França mas no palácio Farnésio, nem na Academia da França mas na Vila Médicis.

E a galeria Borghese, essa pinacoteca maravilhosa, é assim chamada por existir no antigo palácio do riquíssimo príncipe Borghese, 2.º marido de Paulina Bonaparte, irmã de Napoleão, viúva do General Leclerc.



Ora se é assim por tanta parte, porque não há-de ser também entre nós?

No Porto, o palácio das Carrancas, porque lá se instalou um mu-

(1) Ver, para mais notícia, o ensaio «Médicos e Santos», do autor.

seu — aliás bastante rico e superiormente dirigido pelo meu Ex.^{mo} amigo, Dr. Vasco Valente — perdeu o cognome... e foi crismado. Chame-se ao museu Soares dos Reis, em memória desse grande mestre da escultura nacional e tripeira, mas conserve-se o nome ao palácio.

E o do Marquês de Penafiel, ao Correio Velho, de tão espalhafatosa entrada, porque perdeu o apelido?

E o do Marquês de Abrantes, onde está a embaixada da França?

E o do Conde de Pombeiro, que possui interessantíssimos azulejos representando aspectos de Lisboa e festas hípicas de tempos idos?

E o do Conde de Barbacena, tão imponente, hoje «mess» dos oficiais em Santa Clara?

E do Conde de Avintes (dos Almeidas, Lavradio) onde funcionam os tribunais militares?

E o dos Marquesses de Valada, redacção que foi do jornal «A Luta», ali ao Calhariz?

E o dos Sobraes onde a Caixa Geral tem a sede?

E o dos Almadãs, hoje da Independência?

E o dos Saldanhas, à Junqueira, actual Arquivo Colonial, com a célebre sala pompeiana? etc., etc.

Não! Mantenhamos-lhes os títulos dos antigos senhores, daqueles que os ergueram e lhes deram o aspecto mais ou menos grandioso, com que aformosearam a Capital, conforme as suas possibilidades e a sua prosápia.

Assim como um homem não muda de apelidos por se lhe alterarem as funções que desempenha — mantenhamos nos palácios, *sem crismas*, os nomes dos fundadores, daqueles que, com os bens próprios os mandaram erguer, lá viveram, lá sofreram e talvez lá tivessem tido também horas alegres e despreocupadas.

SEJAMOS TRADICIONALISTAS!

UM COMERCIANTE HANSEÁTICO EM LISBOA

por HEINRICH KATZENSTEIN

Comemorando-se este ano o 120.º aniversário da morte de Nicolaus Berend Schlick, não devemos deixar passar a data, sem dedicarmos algumas palavras a esta figura, a quem a colónia alemã de Lisboa muito deve.

Nicolaus Berend Schlick nasceu na antiga cidade hanseática de Luebeck, onde foi baptizado, como luterano, a 16 de Dezembro de 1746, tendo sido seus padrinhos Claus Brueningk, Berend Schroeder e Engel Elis. Schlicken de Minden. Filho de um negociante de Luebeck, foi-lhe naturalmente planejada uma viagem, como naquela época era costume, a fim de ver o mundo e mais tarde, graças a boas relações e conhecimentos, poder continuar o negócio paterno. À semelhança do que sucedia a muitos jovens alemães em idênticas circunstâncias, que ficavam residindo em terras do estrangeiro, Schlick, por muito amor a Portugal, por cá ficou vivendo.

É impossível averiguar ao certo a data da chegada do jovem Schlick ao nosso país. Não andaremos, todavia, longe da verdade se admitirmos que ele pela primeira vez pisou terra portuguesa cerca de 1780.

Negociante da praça de Lisboa, onde depressa se tornou conhecido e estimado, e sócio da importante casa comercial Peters, Schlick, Hintze, Lindenberg & Cº., foi dilecto amigo do então cônsul geral das Cidades Livres Hanseáticas em Lisboa, Adolf Friedrich Lindenberg.

Sepultavam, nessa altura, os protestantes de nacionalidade alemã



Segundo um berloque em vidro, pertencente ao autor. Espécie heráldica única em Portugal. Esmaltes indicados pelo Stadtarchiv, de Luebeck

os seus mortos no cemitério das nações protestantes, como então se chamava ao actual Cemitério Inglês. Porém, um dia foi proibido ao pastor luterano alemão que acompanhasse os seus mortos à última jazida. Tão estranha proibição deve ter sido ocasionada pelas desavenças particulares entre os cônsules inglês e dinamarquês em Lisboa. Parece que a divergência ficou sanada mais tarde, pois no decorrer do ano de 1821 voltavam a ser enterrados Alemães no Cemitério Inglês, pelo pastor luterano alemão.

Mas, para que de futuro não surgissem novas discussões motiva-

das pelo cemitério, tomou Schlick a resolução de oferecer à Congregação Evangélica Alemã de Lisboa um cemitério, que deveria ficar sob a protecção do Consulado Geral das Cidades Livres Hanseáticas. Pediu Schlick que os seus restos mortais ficassem sepultados nesse terreno, conforme se lê do documento que redigiu quando da sua generosa dádiva, e existente no primeiro livro de protocolo da Congregação Evangélica Alemã de Lisboa, a páginas 61.

Não foi este o primeiro cemitério que os Alemães tiveram na capital portuguesa, pois D. Rodrigo da Cunha, na sua *Historia Ecclesiastica*, a folhas 64, e mais tarde Júlio de Castilho, na sua *Lis-*



Retrato, a óleo, de Nicolaus Berend Schlick
Cemitério Alemão de Lisboa
Autor desconhecido

boa Antiga, vol. II e XII, respectivamente a páginas 95 e 13, contam-nos que os Alemães tinham um cemitério próprio, onde foi enterrado o nobre cavaleiro alemão Henrique, natural de Bonn, perto de Colónia, que se chamava Poptetus Ulvinga e que tantos milagres operou. Deve ter sido este cemitério no local onde hoje se ergue a Igreja de S. Vicente.

Mais tarde foram os Alemães enterrados nos covais da capela de S. Bartolomeu dos Alemães, na antiga Igreja de S. Julião, hoje pertencente ao Banco de Portugal.

A 25 de Janeiro de 1822 foi inaugurado o cemitério, onde ainda hoje os Alemães enterram os seus mortos, na Rua do Patrocínio, à Estrela, e que Schlick legara à Colónia protestante alemã de Lisboa.



Legenda que se pode ler no Sarcófago

O terreno do actual cemitério e casas anexas constituíam, em 1821, duas propriedades, registadas, uma sob o n.º 1.559 do livro de arruamentos da freguesia de St.^a Isabel, cartório da décima da Cidade, maço 534, livro 2.º, fls. 64 verso, a outra sob o n.º 1.560 do mesmo livro e maço a fls. 65. Tinha a primeira propriedade o n.º de porta 25, pertencia a Timóteo José e estava avaliada para a décima em Rs. 28\$800 e a segunda o n.º de portas 26/28, pertencia a D. Aurora Eugénia Joaquina Gomes e estava avaliada em Rs. 49\$600.

É natural que N. B. Schlick tivesse procurado adquirir estas propriedades, por informação de uma família flamenga dos Rademakers, que possuíam o prédio contíguo, com os n.ºs 29/30, hoje propriedade dos Stauffenger de Bivar.

No ano de 1822, no livro das décimas da Cidade de Lisboa, a fls. 264, existente no Arquivo do Tribunal de Contas, maço 535, a propriedade do actual cemitério, está registada no seu conjunto com o n.º 1.564, n.ºs de portas 25/28 e averbada como pertencente à «Nação Alemã», e isenta de décima, pelo que não tem avaliação, e ainda continua contígua a propriedade dos Rademakers.

Com o tempo mudaram os números das portas, tendo actualmente a porta principal o n.º 59, a capela, que não tem entrada pela rua, e cuja porta está fechada não fazendo serviço, o n.º 57, e a casa do guarda o n.º 61.

Poucos anos sobreviveu Schlick à inauguração do cemitério, pois veio a falecer em Lisboa, solteiro e sem descendência, a 8 de Setembro de 1829.

Cumprindo a vontade do benemérito negociante, foi Schlick ali sepultado, e ainda hoje se pode lá ver um simples sarcófago de mármore com a seguinte legenda:

N. B. Schlick
Mercator Lubecensis
Vixit 84 annos
Obiit 8. Sept. 1829
Gratitudo Amicitia
A. F. L.

As iniciais A. F. L. são as de Adolf Friedrich Lindenberg, seu grande amigo e sócio, que lhe ergueu o sarcófago. A idade não está certa, pois tendo nascido a 16 de Dezembro de 1746, faleceu com 82 anos e não 84.

Na capela do cemitério alemão existe um quadro a óleo de N. B. Schlick, cujo autor infelizmente se desconhece.

Arvore de costados
de Nicolaus Berend
Schlick

Nicolaus Berend
Schlick
★ Luebeck
=Luebeck 16.12.1746
+Lisboa 8.9.1829
Enterrado no Cemité-
rio Alemão
Comerciante em Lis-
boa
Solteiro, s. g.

Johann Friedrich
Schlick
★ 1716
+Maio de 1784
Enterrado a 10.5.1784
Comerciante em Lue-
beck
Foi feito cidadão de
Luebeck em 16.4.1744

∞ 11.5.1744

Anna Catharina
Schroeder
viúva de Claus
Hinrich Bruening
= 24.9.1721
+ 14.4.1801
Enterrado a 16.4.1801

Não eram de Lue-
beck. Deviam ser
oriundos de Min-
den (?), na West-
falia

Berend Schroeder
= 27.6.1679
+ Março de 1767
Comerciante que
transaccionava com
Riga, aonde foi repe-
tidas vezes

∞ 10.11.1711

Anna Marga- } Peter
retha Kalatz } Kalatz
+ 27.6.1741
= 16.9.1690

O PALÁCIO DE S. BENTO

— ASSEMBLEIA NACIONAL —

Palavras proferidas na visita dos «Amigos de Lisboa»,
em 16 de Outubro de 1949, pelos Pintores
MARTINS BARATA e DOMINGOS REBELO

.....

Foi nos fins de 1940 que o Ministro Duarte Pacheco me mandou convidar para a execução destes painéis.

Deixou os temas à minha escolha e nenhuma imposição — nem mesmo sugestão — me fez quanto à sua realização artística. Deu-me, assim, e até final, liberdade completa — ou seja total responsabilidade.

Pedi-lhe três meses para estudar a composição. Também aceitou esse prazo, para o primeiro estudo, do qual tudo dependeria, e que devia ser tão completo quanto possível, para se evitarem os riscos de surpresa.

Dadas as dificuldades desta tarefa, aquele prazo, parecendo curto, não o era. Este local é particularmente traiçoeiro para o Artista, dadas as suas vizinhanças e a sua própria disposição. Vou procurar explicar-me melhor.

Quem se aproxima deste grande edifício, desde longe que vem habituando-se ao tom cinzento da pedra. Se entrar no Palácio percorrerá dezenas de metros entre pedra cinzenta. A escadaria exterior, o peristilo, o átrio, a escadaria nobre continuam no mesmo tom frio do lioz, que penetra na retina do visitante, de tal modo que qualquer nova nota de cor que se lhe apresente, mesmo pequena, lhe parecerá vibrante e intensa.

As salas do andar nobre, depois desse percurso entre um tom contínuo e frio, aparecem-lhe violentamente coloridas, com mármorees quentes, vidros quentes, veludos e madeiras quentes. Passa assim dum ambiente de balneário para uma atmosfera tropical.

As decorações da escadaria estão entre esses dois ambientes em conflito, e de ambos eles são visíveis. No que respeita a cor, essa diferença enorme era, a meu ver, a maior dificuldade da minha tarefa, e um dilema se impunha: Ou a pintura era «para quem entra» — com

os olhos cheios da cor cinzenta do lioz, aos quais qualquer nótula de cor parecerá forte — ou era «para quem sai», com os olhos dominados pelos vermelhos, doirados, amarelos e castanhos dos salões — e qualquer outra cor mais fraca lhe aparecerá como pouco mais do que inexistente.

Resolvi-me pela primeira alternativa. A pintura foi feita para os olhos «de quem entra». Fatalmente ela aparecerá neutra, acinzentada, aos olhos, excitados de cor, «de quem sai».

Se tivesse tomado a outra alternativa, a força de colorido, neces-



Triptico do lado da Assembleia Nacional

sária para que os olhos «de quem sai» não estranhassem o ambiente, seria de tal modo intensa que a decoração não daria nunca a ideia de «estar na parede», de fazer parte da parede, como é sua condição primeira. E quem entrasse sentiria na retina uma «chicotada» de cor, inadmissível numa decoração neste lugar e nestas circunstâncias.



A segunda grande dificuldade técnica, dizendo respeito à forma e contraste das figuras, provém do facto ingratiíssimo do espectador

não poder escolher a distância a que vê as pinturas, sendo-lhe também aqui imposto um dilema: ou ele se coloca à distância máxima de dois metros — ou à distância mínima de dezóito, pois só das galerias se vêem as decorações completamente, e cada uma delas está junto de seu tríptico e a dezóito metros do outro. Um tecto é sempre visto a uma distância constante — ou pode sê-lo; a parede duma sala é geralmente vista a distâncias que o observador instintivamente escolhe. Aqui não; ou a pintura é vista tão de perto que o seu pormenor tem de ser muito grande e definido — ou é vista tão de longe que a



Tríptico do lado da Câmara Corporativa

sua execução tem de ser cenográfica. Não é fácil encontrar um compromisso entre estas duas exigências opostas.

Têcnicamente, digamos, foram essas as maiores dificuldades com que lutei e que não consegui vencer.

«Fisicamente», também não me esqueço das infinitas descidas e subidas destas escadarias, para ir duma galeria para a outra...



Um dos trípticos está na parede que separa a escadaria da Assembleia Nacional. O outro naquela que separa a escadaria da Câmara Corporativa.

Os temas que propus para estas decorações ao grande Ministro foram, partindo dessas circunstâncias: para o primeiro, uma evocação das primeiras Cortes, onde compareceram representantes do Povo, as cortes de Leiria, convocadas por D. Afonso III em 1252; para o segundo, uma alegoria às actividades nacionais, representadas no Século XV.

Mais em pormenor, no tríptico das Cortes, vê-se: No painel do centro, o Rei, cercado dos dignitários da Cúria Régia e os Procuradores dos Concelhos — os primeiros Deputados — com seus forais na mão, instrumentos duma força nascente. No painel da esquerda, o Clero: os Bispos, os Diáconos, os Mestres das Ordens, o Prior dos Pregadores e o Guardião dos Frades Menores, junto da Capela de S. Pedro. No painel da direita, a Nobreza: os Ricos-Homens, os Infanções, os Cavaleiros e os Escudeiros, com as suas signas; ao fundo o castelo românico de Leiria.

No tríptico do lado da Câmara Corporativa: No painel central simboliza-se a Indústria, com o pescador do Mar e os mesteirais, acompanhados de suas bandeiras e insígnias, sob a invocação de S. Vicente, padroeiro de Lisboa, já então cabeça de Portugal. Ao centro, o Arquitecto, simbolizando a Arte e a Ciência, e o Letrado, que representa as Humanidades. No painel da esquerda, a Agricultura: os campos, os gados, as árvores e os frutos; a lavra e a sementeira. No painel da direita, o Comércio: os mercadores com as suas fazendas; as Naus do Norte e do Levante.

Quanto à estética das composição e ao seu arabesco, permito-me lembrar que a arquitectura destas paredes, talvez um pouco brincada no pormenor, tem muitas verticais acentuadas.

Isso obriga, para integrar a decoração no ambiente, a sublinhar-se nela essa dominante vertical. As belas sobrepostas esculpidas pelo Mestre Leopoldo de Almeida, com os seus pequenos frontões, leva a mesma composição a conter uma linha ondulante que se vai ligar com elas. Isso e mais um certo jogo de diagonais, dentro da escassa área que a Arquitectura deixou para a Pintura, foi estudado de modo a que esta se coloque bem dentro daquela e não venha a parecer aqui um elemento estranho.

As figuras aqui representadas mostram-se em geral paradas, estáticas. Isso também foi intencional. Como é perfeitamente de esperar, há quem o compreenda e há quem o estranhe. A razão que me

levou a seguir essa intenção foi a repugnância que senti em apresentar as figuras, que desejei dignas e solenes, em atitudes declamatórias ou movimentadas. Pensei que elas mostrassem o que fazem, o que podem fazer—mas sem as surpreender no seu trabalho. Quis que mostrassem o que são e como são, de condição humilde ou elevada, mas sempre com a consciência da sua dignidade. São os donos da Casa a receberem quem chega. Sabem que os olham. São muitos e são fortes — mas a sua força apresenta-se contida, em potência. Qualquer acção que eles fizessem, qualquer gesto mais teatral, creio que prejudicaria a solenidade que eu pensei dar-lhes, bem vincada.

Resta-me agradecer a VV. Ex.^{as} a gentileza da atenção que me dispensaram e à direcção dos «Amigos de Lisboa» a honra que me deu convidando-me a fazer esta pequena exposição.

MARTINS BARATA

Neste Salão Nobre do Palácio da Assembleia Nacional, ficará gravado para sempre o nome do Pintor Sousa Lopes, o grande mestre que a morte nos levou, precisamente no momento em que ia realizar o seu grande sonho de arte e de exaltação patriótica.

A luta do homem pela existência, quer na vida simples dos campos, ou nos grandes momentos da história da Pátria, foi, na obra imensa de Sousa Lopes, o tema que mais o seduziu e que melhor interpretou; não no simples aspecto pitoresco e exterior, mas no sentido profundo que ela encerra, de dor e de grandeza. Viveu uma vida intensa de trabalho, de contemplação e recolhimento.

Poucos meses antes da sua morte, preparámos, sob a direcção do mestre, Joaquim Rebocho e eu, os estudos a fresco e o acabamento de alguns cartões, numa ânsia febril de darmos início à realização desta obra, que seria, quase que pressentíamos, a sua última e grande criação.

Coube-nos, a nós, a honra de a executar. Seguimos, tanto quanto nos foi possível, os seus conselhos e a intenção pictórica que ele desejava imprimir aos personagens dos seus painéis. Aproveito esta oportunidade para dizer a V. Ex.^{as}, ainda que duma maneira muito sumária, o que é o fresco. O processo antiquíssimo da pintura a fresco, usado pelos mestres da Renascença, nas grandes decorações murais, foi, por assim dizer abandonado, desde aquela época até aos nossos dias. A sua técnica torna-se difícil, por não ter a maleabilidade da pintura a óleo que se pode interromper e corrigir, todas as vezes que disso necessitarmos. Ao contrário, com a pintura a fresco, executada directamente sobre a argamassa de cal e areia, só se pode trabalhar,

enquanto esta estiver branda ou fresca, isto é, no espaço de tempo que vai de Sol a Sol. Impossível completar o trabalho no dia seguinte. O seu efeito porém, na decoração mural, é de um equilíbrio admirável e sem igual em qualquer outro processo de pintura. Os temas da decoração que a seguir vamos admirar foram escolhidos pelo mestre dentro da época maravilhosa das descobertas.

Nò 1.º painel, ao fundo da Sala, vê-se o Infante D. Henrique entregando o plano das descobertas ao capitão da Armada.

2.º Painel — A tomada de Ceuta aos mouros. Sabiam que existiam grandes riquezas na Cidade; mas, um desejo mais alto os dominava, — o da conversão dos infiéis à lei de Cristo. No primeiro plano, um prelado, de cruz erguida anima os soldados ao assalto.

3.º Painel — Diogo Cão, na foz do Zaire, manda colocar, por ordem do Rei, um padrão com uma cruz a atestar a fidelidade a Cristo. O Rei do Congo pede que lhe ensinem a doutrina cristã e o baptizem e a todos os seus. São as primeiras conquistas do Cristianismo.

4.º Painel — Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas. A sua atitude é de acção de graças a Deus, depois de tantos trabalhos e incertezas.

5.º Painel — Pedro Álvares Cabral desembarca em terras de Santa Cruz. Os indígenas, à imitação dos portugueses, veneram uma cruz, construída pouco antes pelos marinheiros.

6.º Painel — Tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque.

7.º Painel — Vasco da Gama é recebido pelos emissários do Samorim.

DOMINGOS REBELO

DO SÍTIO DO INTENDENTE

Conferência feita na sede em 4 de Março de 1950

pelo Dr. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES

SENHOR PRESIDENTE
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES:

Após os agradecimentos, explicações.

Em Abril de 1940, por incumbência do nosso Grupo, disse, na sede do Sport Clube do Intendente (antigo Clube Taurino Manuel dos Santos), a-quando da colaboração dos «Amigos de Lisboa» na acção de extensão cultural levada a cabo pela Federação das Sociedades de Educação e Recreio, sob o patrocínio do jornal «O Século», esta conferência.

Tal como aconteceu à conferência do nosso confrade Dr. Frederico Perry Vidal, foi também o texto desta pedido para ser publicado no livro de ouro da referida realização. Porque até hoje tal sugestão ainda se não realizou, resolvi oferecê-lo à direcção do Grupo que, amavelmente, aquiesceu a incluí-lo no programa cultural deste trimestre. Devo advertir V. Ex.^{as} que a palestra foi escrita com o aligeirado de dizeres necessário para uma exposição numa colectividade popular, e que nesta sua segunda apresentação se não modificou, a despeito da diferente categoria do agrupamento e do auditório, exactamente para não perder o sabor popular e o pitoresco local que a caracteriza.

Não recorri, então a citações eruditas, agi como simples curioso, que é, aliás, o que unicamente sou, e que, nos ócios do exercício profissional, se interessa por velharias. Não serei, pois, longo nem vou fazer lição. Serei breve e ligeiro pouco mais de meia hora lhes tomando. Os curiosos de minudências lerão oportunamente o que anda escrito acerca do assunto, muito embora pouco seja o que há sobre estes sítios. É essa, até, uma das razões que me levou a repetir hoje aqui o que disse no local.

Disse então:

Foi possivelmente por viver nesta freguesia, a dos Anjos, e nas suas cercanias residir há muito, que fui o escolhido para cronista ocasional do local.

No «refrain» duma canção de revista de ano, dizia-se, com graça: «É Lisboa de si mesma bem contrária». Mas, a despeito desse dizer da revista: «Ó da Guarda», que em 1907 estava em cena e fez o gáudio da população de Lisboa, no teatro aqui vizinho, hoje *Apolo*, então Príncipe Real, que nas suas coplas referia:

*«Não me entendo, e nem mesmo entenderei
C'o o largo que se chama do Intendente»*

eu estou certo que, hoje, nós nos vamos entender.



Evocar o nome deste Largo (o do Intendente), o mesmo é que evocar o nome do Desembargador Diogo Inácio de Pina Manique, que nesta cidade nasceu em 1733 e foi seu Intendente da Polícia. Este nome é grande na história da cidade, e se é discutível a sua acção política, cujo exame deve ser sempre condicionado pela época em que agia, e pelo lugar que ocupou, como administrador do nosso velho burgo, merece não só o nosso respeito mas também a nossa gratidão. A iniciativa da instituição e organização metódica da iluminação pública e do policiamento da cidade é, do muito que se lhe deve, o que mais anda conhecido. De tudo tratou, porém: fez um recenseamento militar, um censo da população, coisas novas e difíceis para a época; tomou medidas eficazes contra os açambarcadores, coisa difícil então como agora; impulsionou a actuação do teatro de S. Carlos, promovendo algumas récitas, etc. E, se nada mais tivesse feito, não pouco seria, só, o saber-se que foi ele o iniciador e fundador da Real Casa Pia de Lisboa, em 1780, instituição primitivamente instalada no Castelo de S. Jorge e que, na sua revivescência, após as invasões francesas, veio a surgir instalada, em 1811, cerca do palácio do seu fundador, no Convento dos Bernardos, da Ordem de Cister, no edifício do Desterro, aqui vizinho, e onde hoje vemos o Hospital daquele nome, local em que se conservou até 1833, data em que foi transferida para o Convento dos Jerónimos, em Belém, onde está.

O que foi, o que é e o que vale essa instituição, sabem-no todos e basta para acreditar a acção do seu fundador, que por tal bem merece de todos nós e da Cidade.

Os grandes gestos e as grandes iniciativas inspiraram sempre os mestres eminentes; no Museu das Janelas Verdes existe um grande quadro, da autoria de Domingos António de Sequeira, e em Queluz um baixo-relevo em mármore de Carrara, obra de José António de Aguiar, no pedestal da estátua de D. Maria I, inspirando-se ambos os trabalhos na genial iniciativa da benemérita instituição.

Neste Largo, de acanhadas dimensões, mas de larga história, tem havido de tudo: olarias, fábricas, um liceu, palácios com vida própria e intensa, como o do Intendente, que deu o nome ao Largo, e o que foi da Viscondessa da Graça. Teve sempre grande movimento, tanto até que o Visconde de Castilho, o consagrado historiador da *Lisboa Antiga*, que morou aqui à esquina da Travessa do Maldonado, vociferava em verso contra o ruído de então, que segundo se dizia, era suplantado por um lateiro vizinho.

Não quero deixar de citar, pela graça, dois dos quatro sonetos que lhe dedicou, inspirados nas suas iras platónicas e que bem retratam o movimento e a intensa vida de então, deste local.

Escreveu Castilho:

*Gente, animais, focinhos e caretas,
Pés e patas, caleches e carrões.
Cavalos, burros, vacas e peões,
Saloios, cidadãos, pretos e pretas.*

*Tudo isto com berros e trombetas,
Discorde como o uivar dos furacões,
Um cem cessar de rodas e pregões,
Um Valpúrgis de carros e carretas.*

*Sobre isto ainda avulta, acre e vivaz,
O maço d'um lateiro impertinente
Noite e dia a bater, zás-trás, zás-trás.*

*E que é isto? perguntas certamente;
O dia de juízo pensarás.
Enganas-te — é o largo do Intendente.*



*Homem, deixa-te disso. Há cafeteiras
A rodo neste mundo, passadores,
Almotolias, tinas, raladores,
Muitas panelas, bastas frigideiras.*

*Já saturadas vejo as cozinheiras,
Já não requerem mais de tais primores.
Sossega os teus artísticos furores,
Não mais, não mais, alfaias lateiras.*

*Quê, mas porfias nos teus tiros roucos,
Mestre Vulcano de focinho preto?
Pensas que por vizinhos só tens moucos?*

*Ora sus, põe-te em guarda — e eu prometo
Que, se juraste demolir-me aos poucos,
Cairás primeiro a golpes de... soneto.*



E mudou-se. O poeta não podia com o barulho, e lá foi de abalada para a sua tebaida do Lumiar, mais propícia, pelo remanso, às suas congeminações e estudos. É que era um autêntico moto-contínuo, um nunca acabar de ruídos, que, segundo refere o mestre olisiponense (que, talvez por isso, nos deixou privados da descrição deste local na sua magistral obra), começavam às duas horas da madrugada dum dia para só acabarem às duas horas da manhã do dia seguinte.

Não havia folga nem descanso: eram as vendedeiras de hortaliça, petróleo e peixe, com os seus pregões, os velhos e interessantes pregões de Lisboa, que muitos de nós ainda ouvimos e recordamos.

Eram os carros churriões e caleches, os burros e cavalos de leiteiras e almocreves, os peões, e, que sei eu, tudo o que ia e vinha do Lumiar, Caneças, Bucelas, Sacavém e até de lugares vizinhos, solitários então, hoje tão cidade como nós, como o Arco do Cego, o Arieiro, o Poço dos Mouros, a Penha de França e o Alto de S. João.

Era uma das saídas naturais de Lisboa e por isso o seu bulício e movimento. Hoje, a vida é ainda aqui bastante intensa, mas o barulho é menor.

A não ser o carregar e descarregar do ferro que se alberga pela vizinhança, em depósitos e armazéns e as buzinas das camionetas de praça que vieram substituir os *ripers*, os *choras*, e os *eléctricos* de 10 réis, com a bandeirinha vermelha, que circulavam pelo extremo sul do largo, pela rua e travessa do Benfornoso, para a Rua da Palma, pouco mais se ouve.

Tudo mudou, até o chafariz que tanto tempo aqui estive e que o prédio que lhe nasceu por trás fez deslocar mais para baixo, para junto do Desterro.

Dois espécimenes interessantes teve na sua circunvizinhança, que ainda perduram, um ainda no seu lugar, a Bica do Desterro, hoje seca, com uma linda pedra de armas de Lisboa do Século XVI; outra a Igreja dos Anjos, que foi sensivelmente no local onde hoje está o prédio da «Estrela da Sorte», que sucedeu ao velho quiosque fronteiriço, igreja que, com a mesma conformação, recheio e traça, passou, quando

da abertura da Avenida D. Amélia, mais para cima, para o local ajardinado onde hoje está.

Essa igreja, cuja fundação data de 1568, era paróquia desde 1563, tendo sido a sua área desmembrada da grande freguesia de então, que era Santa Justa, no tempo em que Lisboa tinha por Arcebispo o Cardeal D. Henrique, depois Rei.

Sofreu muito com o terramoto, foi restaurada em 1758 e mudada para o actual local em 1907, e lá aberta ao culto em 1910.

As pedras tumulares da antiga igreja foram para o Museu do Carmo, onde estão.

O jardim à volta chama-se António Feijó, um poeta e diplomata nosso contemporâneo, natural de Ponte de Lima, onde jaz, e falecido em 1917, no seu posto da Suécia, de mal de amor, pois pouco sobreviveu à sua linda esposa, que com ele foi trasladada para a terra natal. Foi autor de lindos livros de versos, dos quais avultam: o «Cancioneiro Chinês», a «Ilha dos Amores» e «Sol de Inverno».



Ditas estas generalidades, façamos um pouco de história do local, mas história amena. Passeemos em espírito e conversemos. Vou ministrar a V. Ex.^{as} história olisiponense às gotas e espaçadas; não chegarei às colheres de sopa e adoçarei o travo dos meus dizeres com a doçura das minhas citações.

Como se saíssemos da missa dominical, desçamos do portal do novo templo, pela sua ampla escadaria e deixando para cima a Rua Álvaro Coutinho — o consagrado Magriço dos 12 de Inglaterra, este bairro, por ser dos Anjos, anda todo impregnado de amor — há pouco Feijó, que viveu, cantou e morreu amando, agora o Magriço das justas pelas damas —, rua onde o nosso bairro já teve um dos seus teatros, o Teatro Moderno, caminhemos junto do Asilo de Santo António, que possui uma capela na rua que tem o nome do seu benemérito fundador, Luís Pinto Moutinho, ourives de profissão, que de modesto caixeiro, na loja de seu sogro, fundada na Rua da Prata, em 1790, chegou a prestimoso benemérito pelo seu perseverante trabalho. Foi o fundador do jornal «O Caixeiro» e da Associação de Classe dos Ourives e Artes Anexas, tendo falecido com 71 anos.

O Asilo foi fundado em 1891, destinando-se a crianças do sexo feminino, e durante muito tempo quase manteve o exclusivo da fabricação de estojos.

Deixemos a Avenida Almirante Reis, passada a Rua Maria Andrade e o Parque Vacinogénico, que o General-Médico Dr. Moniz Tavares, Pai, em 1888, tinha fundado na Estrela, de onde veio.

Desemboquemos nos Anjos e suponhamos que estamos no alvorecer de 1900.

Encontramos a antiga Igreja com a sua escadaria e casebres anexos e até um arco onde começava o Regueirão, e entrando no troço da Rua dos Anjos, que de 1910 a 1938 se chamou do Registo Civil, encontramos à direita um muro com uma enorme pimenteira debruçando-se sobre a Rua, árvore cuja ramaria foi sacrificada, a-quando da colocação dos fios para os eléctricos, que nas suas carreiras para o Arco do Cego e Arieiro por aqui passavam e vieram substituir os *americanos*. Para o Alto de S. João perduraram durante muito tempo os desengonçados carros de Eduardo Jorge, *os choras*.

Defronte, um prédio de dois andares, onde já era a casa de penhores que hoje ocupa uma loja do prédio que substituiu o antigo, que esquinava para uma passagem que conduzia ao Bairro Andrade, então em formação, e onde havia um telheiro para recolha das mudas dos *americanos*, que no início da subida mudavam de gado ou tomavam dianteiras.

Nos baixos do prédio que lá está hoje, houve, em tempos, um cinema, que nesse tempo se chamava *animatógrafo*, e depois uma casa de canalizações, que durou até há poucos anos.

Mais tarde, no cimo da subida, já na nova avenida, primeiro dos Anjos, depois de D. Amélia e agora Almirante Reis, o grande prédio, tendo uma enorme palmeira com uma cobra enrolada no tronco, emblema de farmácia, propriedade do farmacêutico João Bezelga, cujas excentricidades e anedotas ainda hoje são lembradas. Era este farmacêutico autor dum livro de versos «As canções da Arada», publicado em 1903 e dedicado ao Prof. Custódio Cabeça. Desse livro não resisto a reproduzir aqui os seus primeiros versos, de mais a mais porque têm sabor lisboeta, visto terem sido feitos a Santo António e para as festas da noite do mesmo Santo na demolida Praça da Figueira:

*Milagroso Santo António
Fazei-me o milagre a mim,
Trazei-me de lá dos Céus
Um bigodinho... sim?*

*Não quero com grandes barbas
Causar medo à namorada,
Não quero que me confundam
Com algum ladrão de estrada.*

*Não quero pêra comprida
Que me assemelhe a algum bode,
Não quero mosca atrevida,
O que eu quero... é um bigode.*

Arada era a terra do Poeta, no concelho de Ovar.

A farmácia foi primitivamente na Rua Andrade quase junto à Rua Maria da Fonte, onde se reunia curiosa tertúlia, que deu origem a alguns jornais charadísticos, humorísticos e literários, tendo sido um deles: «Economia», fundado pelo Dr. Forte de Lemos, que possuiu consultório por cima da Farmácia Bezelga, em que colaboraram Raimundo Alves, José Pedro do Carmo, José Gomes Ventura, João Bezelga, o poeta António Correia de Oliveira, etc. Promoveu vários concursos e campeonatos charadísticos, onde colaboraram os melhores charadistas do tempo. Foi morrer à Rua Pascoal de Melo, residência do fundador. Um outro foi o «Boémio», humorístico e teatral, onde Bezelga publicou uma quadra que deu larga polémica com «Caracoles» — Cruz Moreira — director de «Os Ridículos»:

*Quem o seu fósforo requeira
Vá ao Bombarda a Rilhafoles
Que o não tem Cruz Moreira
Na caixa do... Caracoles.*

No prédio ao lado estiveram, aí por 1900, as celebradas «Chinesas dos Bichos».

Entre as numerosas anedotas verídicas, possíveis de contar, pois algumas são demasiado realistas, para se reproduzirem, conta-se a passada com um filho menor de um conhecido revolucionário do 5 de Outubro, então morador nas cercanias, e logo após a mudança do regime, e quando da passagem de réis para centavos:

O pequeno apareceu na farmácia com uma moeda de cinco tostões, a pedir malvas, e trazia num papel escrito «40 de malvas», o vulgar pataco ou 40 réis. Bezelga, atendendo a que o remédio era para um adepto da República nascente, interpretou logo por 40 centavos e forneceu ao pequeno um enorme cartucho com um cruzado de malvas, e de tal se pagou.

Não tardou que o Pai, exasperado ante a quantidade das ervas e o exagerado do preço (um cruzado ao tempo era dinheiro) viesse vociferar ante o impassível farmacêutico, que, com os óculos a descerem pelo nariz e a olhar por cima dos vidros, ia dizendo: — Não se trocam medicamentos, quarenta só pode ser centavos, porque, segundo a lei, já não há réis. O freguês, exaltado, bate no balcão com uma forte bengala e,

dizendo uma frase sonora, atira para dentro do balcão o pacote das malvas. Na descida da rampa para o Intendente, ouvindo chamar, volta-se, e vê, sorridente, no portal, o nosso farmacêutico poeta, que curvando-se e acentuando as palavras, diz: — «Obrigado, ficaram os 40 centavos e... mais as malvas!»

Num dos seus versos disse algures, definindo um vate: «Poeta é demente — que sofre e que sente»... E o infeliz, que poetou, veio a morrer louco, no Telhal.

Prossigamos. O prédio a seguir áquele em que moro há 28 anos, e a família de minha mulher há mais de 50, e onde está a Escola Primária N.º 27, tinha, de início, sobreloja e dois andares e já teve os n.ºs 34, 32, e hoje o 14. Nele moraram o Comendador Castro Guedes e a família do Visconde do mesmo título, aparentados com a esposa do notável actor Augusto Rosa. Neste prédio deu-se a tragédia do suicídio de uma senhora que se precipitou do 2.º andar para a rua, ao ter conhecimento do irremediável estado de seu marido doente, cujos funerais foram juntos. O velho Padre António Borges, contou-mo, por morar então, no grande prédio fronteiro, que à data só tinha 2.º andar, propriedade de um tio, antigo e caritativo Prior dos Anjos. Este prédio tem hoje entrada pela Avenida e então tinha-a também pela Rua dos Anjos, e no 1.º andar de cá e cave de lá, teve a sua sede a Junta da Paróquia, quando da guerra de 1914, onde havia enormes bichas para a obtenção de senhas para petróleo, carvão, açúcar e pão. Há que referir que numa das lojas do actual n.º 14, onde hoje existe uma oficina metalúrgica, se estabeleceu uma das primeiras empresas de jantares aos domicílios, de que a mais típica foi a da Rua Vasco da Gama, com agência na Tabacaria Neves, do Rossio, tendo sido a última na Rua dos Douradores.

Ao lado e para cima, era um velho casarão onde então estava a Escola e que nas lojas tinha uma taberna com uma tabuleta em forma de carneiro. Hoje está lá o Cinema Lis, depois de ter sido, durante muitos anos, um terreno abandonado.

O resto para trás era a quinta do Luís. Para o lado de baixo deste prédio existia a Bica dos Anjos, que deu o nome à travessa fronteira, e que numa meia-laranja, hoje ocupada por terraços dum dos prédios da Avenida, dava de beber a gentes e animais. Era anterior a 1532 e sucessora dum velho poço. Defronte, um enorme prédio que foi de António Higinio de Queirós, dono da Vila Queirós, no Bairro Andrade e que foi agricultor e proprietário em Ferreira do Zêzere, onde — caso curioso — a nossa casa de campo é também quase paredes-meias com a que foi dele, e que nos baixos teve uma loja para venda dos produtos da sua lavra, onde foi depois o espingardeiro Ferreira, morto trágicamente de desastre de viação. Nesse prédio está a velha farmá-

cia Góis, actualmente do meu amigo farmacêutico Auralino Gonçalves e de seu filho e nosso afilhado, Arnaldo Gonçalves, fundada em 1890, sob a razão social de Palma e Azevedo, então muito afreguesada de saloios de Bucelas e do Lumiar. Depois, vários prédios, dos quais o mais vetusto é o que esquina para a Travessa do Forno, onde foi a antiga mercearia do «Luís», fundada em 1888 por Luís Manuel Rodrigues e extinta há pouco tempo. Nesse prédio habitou e morreu, com mais de 90 anos, uma das mais velhas habitantes do bairro. De passagem não esqueçamos que no n.º 3 morou o Dr. Magalhães Coutinho, Lente de Medicina, parteiro afamado, deputado, médico do Paço, mas, sobretudo, homem de bem e de coração. Conta Lopes de Mendonça, e referiu-o o Prof. Costa Sacadura, aquando da inauguração da Maternidade de S. Lázaro, que tem o seu nome — e eu o disse já numa palestra sobre a Faculdade de Medicina — o seguinte e edificante episódio:

O Mestre era reformado já, e repousava quando o seu genro vem solicitar-lhe a ida a casa de um titular cuja esposa estava em transe de maternidade. Com relutância acedeu aos rogos, mas à saída ouviu chorar uma pobre, implorando-lhe o seu auxílio para uma filha no mesmo estado. A despeito da possível recompensa e da honra, não hesita, e, voltando-se para o titular, diz-lhe:

— Procure outro, a sua excelentíssima esposa pode ter todos os meus colegas; esta, coitada, só me tem a mim. E foi. — Graças a Deus não são raridades estes exemplos na Medicina portuguesa. E morreu pobre aquele médico. Tão pobre que as filhas viveram os últimos anos a expensas da assistência pública.

Nesse mesmo prédio morou, mais recentemente, Homem Cristo, o vigoroso polemista do «Povo de Aveiro», falecido em general, e então oficial subalterno de infantaria, e o coronel Bossa da Veiga.

Estamos em pleno Largo do Intendente, e antes de historiarmos sucintamente os seus edifícios, lembremos que à esquina da Travessa da Cruz morou o Doutor Francisco Stomp, que foi ilustre cirurgião e Director dos Hospitais Civis. e que durante anos, depois, teve consultório defronte, ao lado da Fábrica Lamego.

No mesmo andar residiu, mais tarde, a família do Dr. Arsénio Cordeiro, médico e irmão do poeta José Cordeiro, cuja biblioteca, contendo interessantes primeiras edições de poesias da época (1890), em parte adquiri há anos. À esquina da Travessa do Maldonado, como já referi, residiram o Visconde de Castilho (Júlio), e, ao que me dizem, também o Conselheiro Barjona de Freitas e o Dr. Abel de Campos, médico da Guarda Municipal, que mais tarde veio a falecer no posto de general, morando na Avenida Almirante Reis, esquina da Rua

Álvaro Coutinho. Neste mesmo prédio houve, há anos, no 2.º andar, um outro consultório médico do Dr. Aníbal de Castro.

Estamos chegados ao mais vetusto e notável imóvel do local, o Palácio Pina Manique, onde, no ano de 1890, vindo de S. José, foi instalado o Liceu de Lisboa, depois transferido para o Carmo esse velho edifício onde cursei os preparatórios liceais, cujo local, desde D. Dinis, é de escolares, pois foi lá, em 1290, por carta régia dada em Leiria, fundada a primeira Universidade do País, o Estudo Geral de Lisboa, como referiu e documentou Matos Sequeira, numa conferência promovida pelo nosso Grupo, que no edifício actual fez, em 1939, colocar uma lápide comemorando o facto.

Pina Manique — estudado, em trabalhos exaustivos, pelo Prof. Silva Carvalho e pelo nosso confrade Sr. Oliveira Martins — foi sepultado na igreja da Penha de França, como referi na minha monografia sobre o local. Os seus ossos estão, actualmente, no cemitério do Alto de S. João, onde aguardam tumultuação condigna.

Neste edifício funcionou, também em 1785, a Academia do Nu, precursora da Academia das Belas-Artes, que no Intendente tiveram sempre auxílio eficaz. A serventia do Liceu era pelo pátio que dá para a Travessa da Cruz e hoje é contíguo a um armazém de ferros. Nele esteve instalado esporádica e eventualmente, o Albergue Nocturno, e em 1920, no 2.º andar, o Colégio Verier.

Vários sucessos picarescos se referem acerca das partidas dos estudantes com os moradores do bairro.

Nos baixos do prédio, no tempo do Liceu, já existia uma farmácia, de que era dono um velho farmacêutico, quase cego, natural de Tondela, que os alunos muito faziam arreliar. É também coeva do Liceu a taberna à esquina da Travessa da Cruz. Fronteiro a este palácio, havia uma correnteza de prédios de dois andares, que arderam, e que ladeavam o velho Chafariz, hoje na embocadura do Desterro. A cerca do hospital deste nome descia até ao leito da actual Avenida. O edifício do hospital foi convento, construído em 1591, e albergou, pela primeira vez, doentes após o incêndio do Hospital de Todos-os-Santos, em 1750, e foi, sucessivamente, Hospital da Marinha, antes de abrir o do Campo de Santa Clara e Quartel de Infantaria n.º 7, depois de 1834.

Em 1857 foi hospital outra vez, para os epidemiados da febre amarela. Na sua capela está erecta a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos do Desterro, que teve, e voltou agora a ter, interessante e concorrida procissão, a que não faltava um médico ilustre, que no hospital vizinho pontificou muitos anos.

É raro encontrar reunidas a fidalguia de nascimento, de carácter e de proceder. Possuía-as esse médico, que foi o Conde de Mafra, Prof.

Doutor D. Tomás de Melo Breyner, que na actual cerca do hospital tem um busto comemorativo e bem merecido.

Resta-me falar da fábrica fronteira da Viúva Lamego, que em 1913 pertencia a José Agostinho da Costa Garcia e que em 1849 foi fundada por António da Costa Lamego. Nela trabalharam os notáveis ceramista Pereira Cão e Vitória Pereira. Hoje revive, em progresso e arte, com Alves de Sá. É de ver a sua bela fachada forrada de azulejos policrómicos.

Como representante das velhas olarias do local, há ainda uma Cerâmica no pátio do Desterro, possivelmente restos de outra fundada em 1889.

Fronteiro à fábrica existe ainda, quase na sua disposição primitiva, o palácio dos senhores Viscondes da Graça, que durante muitos anos mantiveram, com grande estadão, luxuoso trem de vida, com luxuosas equipagens e onde houve frequentes festas e bailes elegantes. Está lá actualmente o Sindicato do Pessoal de Seguros, depois de ter sido o Colégio Camões. Lembremos também, como preito ao labor o mais velho comerciante e o mais antigo estabelecido no sítio, o sr. Joaquim Ferro, dono da casa de ferragens no prédio ao lado do Palácio Pina Manique, onde antigamente tinha sido uma mercearia e que mora no n.º 12 da Rua dos Anjos, pai do nosso actual ministro em Berna.

Das tertúlias a que aludi, oriundas na farmácia Bezelga, resta o sr. José Gomes Ventura, estabelecido com barbearia no n.º 12-A da Rua dos Anjos, esquina da Travessa da Bica, que ali se estabeleceu cerca de 1899. Com o pseudónimo de «Tira Mitras», foi colaborador charadístico dos jornais do sítio, com Bezelga, o Dr. Forte de Lemos, José Dry e o crítico tauromáquico «Zé Pedro» (José Pedro do Carmo), lembrando-me desse tempo, além dos citados jornais «Boémio» e a «Economia», «A Voz do Comércio», de que foi director João Azevedo («Pingolinhas»), «Madrugada», republicano, que tinha a sua redacção na Rua dos Anjos, 12, e «Renascença», revista de crítica e letras.

Ao falar de manifestações artísticas e literárias do local é de referir que à esquina da Travessa do Maldonado, para a Travessa do Forno do Maldonado, houve um teatro de amadores: o Teatro Garrett, em que, segundo a tradição, representaram: um dos Rosas, Brasão e José Ricardo.

(Continua)

UMA INSTITUIÇÃO LISBOETA

AS INSTALAÇÕES DA COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, NAS AMOREIRAS E SANTO AMARO

Palavras proferidas, quando da visita dos
«Amigos de Lisboa», em 6 de Novembro de 1949,
por ANTÓNIO ALUÍZIO JERVIS PEREIRA

SENHORES DIRECTORES,
MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES:

Em nome da Direcção da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, cumpro em primeiro lugar o dever de agradecer ao Grupo «Amigos de Lisboa», a visita que hoje, alguns dos seus mais ilustres membros, fizeram às instalações da Companhia, nas Amoreiras e Santo Amaro.

Únicamente pelo facto de eu já há mais de três décadas dar aquilo que considero o melhor do meu esforço ao serviço da Companhia, fui designado para, resumidamente, vos fazer uma breve descrição dos factos mais importantes ligados aos 77 anos da já longa vida da Companhia, que, afinal, são 77 anos de vida lisboeta.

Antecipadamente conto com a indulgência de todos V. Ex.^{as} para as minhas modestas e despretenciosas palavras.



Dos três períodos, distintos e progressivos, em que se pode considerar dividida a vida da Companhia, e que são:

- o dos carros americanos por tracção animal (anos de 1872 a 1900);
- o dos carros por tracção eléctrica (anos de 1901 até ao presente);
- o dos auto-carros em sobreposição aos carros eléctricos (anos de 1944 até ao presente),

considero o primeiro aquele que possivelmente oferecerá aspectos mais curiosos e merecedores de uma referência um pouco mais detalhada.

A tarefa, nesta parte, não se me torna difícil. O pouco da história destes 29 anos da vida da Companhia a que resumidamente me irei referir, foi extraído, com a devida e gentil autorização do seu autor, dum interessante trabalho recentemente publicado pelo ilustre membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, meu amigo e distinto Engenheiro da Companhia, Senhor António Paes de Sande e Castro em que brilhantemente é feita a história destes primeiros anos da vida da Carris.



A Companhia Carris de Ferro de Lisboa começou por ser carioca, datando os seus primeiros Estatutos de 1872.

Constituída a Companhia no Rio de Janeiro montou-se uma Agência em Lisboa, tendo sido designados para a sua Gerência os dois accionistas José Gomes de Oliveira Guimarães e António Ferreira da Silva Porto.

José Guimarães parte do Rio para Lisboa onde chega a 6 de Novembro de 1872 e depois de cumpridas as necessárias formalidades, obtém autorização para o funcionamento da Companhia em Portugal a qual lhe foi dada por decreto de 14 de Novembro desse mesmo ano. Era então Ministro das Obras Públicas, António Cardoso Avelino.

Imediatamente tratou de legalizar o trespasse que os irmãos Cordeiro tinham feito à Carris da concessão para «*estabelecimento nas ruas e estradas de Lisboa da viação em carris pelo sistema americano*».

Esta concessão aprovada em Outubro de 1870, tinha sido requerida em Junho desse mesmo ano, por Francisco Maria Cordeiro de Sousa, chanceler do Consulado Americano no Rio de Janeiro e Luís Cordeiro de Sousa, professor do Real Colégio Militar de Mafra, ambos eles fundadores da nova Companhia.

Aprovado o trespasse em Novembro de 1872 só em Janeiro de 1873, foi dada a concessão definitiva, aos Cordeiros ou à Empresa que eles organizassem e para a qual transferissem os seus direitos, para «*estabelecer caminhos de ferro para transporte de passageiros e mercadorias, servidos por cavalos (tramways) nas seguintes ruas...*».

Finalmente, em 13 de Fevereiro de 1873, a Câmara aprovou o trespasse à Companhia, representada em Portugal pelo seu agente director António Ferreira da Silva Porto.



Foi esta muito resumidamente indicada, a origem da Companhia que hoje faz parte integrante da vida da capital.

Os nossos dois «heróis», chamemos-lhes assim, porque bem o merecem — José Guimarães e Silva Porto — dedicam-se exclusivamente à tarefa que lhes incumbia. Silva Porto queda-se em Lisboa, ultimando assuntos de vária natureza; José Guimarães, parte para Inglaterra e Estados Unidos a comprar material fixo e circulante, acompanhado pelo Eng.º Henrique Howel, que anos depois vem a ser o Chefe do Movimento. O pessoal tratava-o por «D. Henrique» e sempre levava na boca o seu charuto de picar de 10 réis!

Não irei descrever a V. Ex.^{as} as dificuldades que houve a vencer, porque todos fàcilmente o adivinham:

— greves, em centros fabris;

— incerteza por parte dos fabricantes que se recusavam a sujeitar-se a contratos;

— recusa em prestarem esclarecimentos sobre materiais, sem obterem de antemão a certeza da encomenda, etc., etc.!

Conseguida a aquisição de 600 toneladas de «trilhos», regressa Howel a Lisboa, seguindo José Guimarães para os Estados Unidos, de onde expediu um telegrama em que referindo-se às novas carruagens cuja feitura ia estudar, dizia «serem as mais *elegantes e bem acabadas* que tinham saído das oficinas».



Novamente em Lisboa, Guimarães assiste ao desembarque do material. Entretanto já se achavam assentes os novos «trilhos» entre Santa Apolónia e Cais do Sodré, continuando depois até ao fim do atêrro, ou seja o princípio da rampa de Santos.

Aquí surge uma dificuldade. O assentamento dos carris devia prosseguir até Alcântara. De Santos por diante ainda não havia caminho, pois o atêrro terminava ali; a linha pela Pampulha era, por todos, julgada inacessível; como chegar a Alcântara e ir depois até Belém?

Transcrevo do trabalho citado:—

«Guimarães não hesita; contra tudo e contra todos, que se «arrepriavam só com a ideia de descer a Calçada da Pampulha, «convida os membros da Câmara, chama a Imprensa. Não vai «tentar, vai provar que afoitamente se pode fazer caminho por «ali. O «americano» saíu da estação provisória do Atêrro; uma «multidão de cerca de 10.000 pessoas esperava, ansiosa, o desfecho «da aventura, tornando difícil o trânsito do carro; este conduzia «mais de 40 passageiros indo puxado por 3 muares a tronco e 2 «sotas. Chegou fàcilmente ao princípio da Pampulha; retiraram-

«-se as sotas... e demos a palavra a Guimarães. A carruagem desceu com grande suavidade e segurança desejável, fazendo eu «pará-la nos pontos de maior declive para mostrar a precisão e «segurança dos travões, e nenhuma dificuldade da descida».

«Foi um delírio! Na primeira paragem, depois de acabada a «prova, os edis e os jornalistas levantaram entusiásticos vivas; à frente dos primeiros o seu presidente, barão de Mendonça, «e à dos segundos o decano, conselheiro António Augusto Teixeira «de Vasconcelos. Num momento em que os abraços de felicitação «o deixaram respirar, José Guimarães, raiante de alegria e orgulho, afirmou: «se não se fizesse esta linha, jamais deixaria «de continuar o sistema rotineiro dos Omnibus e Char-à-bancs».

«Aquele 29 de Setembro de 1873 foi, sem dúvida, um grande «dia para a capital do reino».



Em 17 de Novembro daquele jubiloso ano de 1873, era aberta ao público a linha entre Santa Apolónia e Aterro (Santos de Baixo).

Os trabalhos prosseguiram de vento em pôpa e em fins de 1874 a rede já era de 19 kms. Carros havia 32, dos quais 30 americanos e dois ingleses.

Duas grandes dificuldades havia que vencer. A falta de gado que viria a ser o maior escolho até final e a falta de local para estações de recolha.

Quanto à primeira, contava-se com a possibilidade de aquisição em Espanha, logo que terminasse a guerra civil que ali lavrava. Não obstante todas as dificuldades em fins de 1873, albergavam as cavalariças da Companhia 135 cabeças de gado. Esta quantidade era porém insuficiente pois a afluência de passageiros era tanta que o rendimento bruto diário da Companhia já era da ordem da fabulosa quantia de 170\$000 réis por dia.

Quanto à outra dificuldade apresentada de «falta de espaço vital» — como hoje é uso dizer-se — José Guimarães, depois de várias decepções, encontra livre o palácio do Asilo D. Luís I, no Calvário que, assim como a quinta anexa, foram dos Condes da Ponte em S. Amaro, fora de portas.

Compra-o por 20 contos de réis, palácio e 37.000 m² de terreno plano e dando fundos para o Tejo no qual depois foram edificadas as várias dependências que V. Ex.^{as} acabam de visitar. O refeitório, onde neste momento nos encontramos, era a cavalariça das «mudas». A faixa de terreno que vai para o sul, perto à Avenida da Índia, ainda o pessoal da «Carris» chama hoje «a praia».

Resolvido o problema com esta compra e outras de menor importância na Rua da Palma e Pedrouços, José Guimarães dá conta dos seus trabalhos na Assembleia reunida em 21 de Abril de 1874.

Aqui começa, porém, uma fase atribulada na vida de José Guimarães, com influência decisiva nos destinos da Companhia.

Enquanto que no Rio de Janeiro, Sede da Companhia, prestavam os accionistas as merecidas honras e recompensas a José Guimarães, outros atacavam violentamente aquele que afinal tudo sacrificara a favor deles, numa verdadeira torrente de insultos, desprezos e negação dos seus serviços. Da célebre experiência da Pampulha confessavam ter sido excelente, mas que o serviço por ali era mau e ruinoso para a Companhia; e tão mau era, na verdade, que, apesar de 5 muare a puxarem um carro, os passageiros, as mais das vezes, iam... a pé.

A balbúrdia no seio da Empresa aumentava dia a dia.

Em 8 de Março de 1875 são aprovados em Assembleia efectuada no Rio uns novos Estatutos para instalação da Companhia como sociedade anónima portuguesa. Sete meses depois, em 9 de Outubro do ano de 1875, a Assembleia Geral dava por liquidada a Companhia no Brasil e transferida para Lisboa. Com o Decreto de 31 de Maio de 1876 ficou finalmente constituída a sociedade anónima portuguesa Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Eram seus maiores accionistas: D. Alda Porto, D. Malvina Guimarães, Domingos Moitinho, José Dionízio de Melo e Faro e José Inácio Machado de Faria e Maia Júnior.

Para a primeira gerência foram eleitos: Assembleia Geral — João Henrique Ulrich, José António Ferreira de Sousa, Henrique de Maia Cardoso e Paulo António dos Santos; Direcção — José Paulo Cordeiro, António de Almeida Santos e Tomás da Silva Brandão; Conselho Fiscal — Dr. Duarte Augusto de Abranches Bizarro, Luciano Cordeiro de Sousa e José Dionízio de Melo e Faro.

A Empresa possuía então 437 cabeças de gado (cuja alimentação custava 260 réis por dia e cabeça), 54 carros e 30 kms. de linha. O rendimento bruto passara de 62 contos em 1873, para 176 contos, sendo cerca de três milhões e quatrocentos mil o número de passageiros transportados. Os novos Estatutos foram aprovados em 23 de Dezembro de 1875 e reduzidos a escritura pública 6 dias depois.



A insistência da Câmara a Carris monta novas linhas, prestando por vezes a sua colaboração financeira para conclusão de trabalhos que àquela competiam e que se tornavam necessários para o alargamento da rede.

Por volta do ano de 1877, começou a falar-se em tracção a vapor,

As experiências feitas não deram resultados concludentes embora ficasse demonstrado que «da sua aplicação não provém prejuízo ao público».

O assentamento de novas linhas prossegue com regularidade, tendo-se edificado em 1879 a casa de Santos destinada a cavalaria nos baixos e a estação de passageiros no andar superior. Neste edifício encontra-se hoje instalada a estação dos «pronto-socorro».

Eram então os carros iluminados a petróleo. Em 1881 começou a substituir-se esta iluminação pela de estearina. Havia um «chímico» Emílio Dias que se propunha resolver o problema da iluminação dos carros pelo gás; fez-se a primeira experiência em 28 de Dezembro, dia dos Santos Inocentes, e dos resultados, «não reza a História»..., como comenta o autor da obra citada.

Em Abril de 1882 é comprada a propriedade do «Poço Caído», na estrada da circunvalação em frente das portas da Rua de D. Estefânia. Trata-se do terreno onde hoje se encontra a Estação do Arco do Cego, e muito mais que tem sido expropriado para abertura de novas ruas e avenidas. A parte rústica e urbana abrangiam 29.167 m² e custou tudo 15.199\$520 réis, pelo que ficou cada metro a 341 réis!

Criou-se neste ano um bilhete pessoal e intransmissível, antepassado das actuais «assinaturas», tendo sido logo vendidos 333!

Os carros já eram 103, havia 700 cabeças de gado e o progresso da Companhia era manifesto.



Em 1883 o rendimento das linhas começou a baixar. As causas foram atribuídas a concorrência desleal de outras Empresas. Ainda muitos dos presentes se lembrarão por certo dos «Rippert», do «Jacinto» e dos «Choras». Este conseguiu viver até à guerra de 1914. Havia ainda os carros da «Lusitana», do «Florindo», do «Moita», do «Silvestre», do «Salazar», do «Morgado» e outros. Até aparecera o «Benjamim», que fora condutor dos americanos, despediu-se e montou a sua empresa com um único carro!

Com todas estas concorrentes, teve a «Carris» que sustentar viva e prolongada luta. A demanda contra os «Rippert», apaixonou a opinião pública e arrastou-se por largos anos, até que em 1892, a Empresa entrou em negociações com a Carris, cessou a laboração e transformou-se em sua accionista!

Em Abril de 1888 assinou-se um contrato definitivo entre a Câmara e a «Carris», acerca da *construção, conservação e exploração de linhas férreas* nesta cidade. O período do contrato foi fixado em 99 anos. Novas linhas foram abertas, mas as dificuldades de trânsito

eram enormes porque se estava a assentar a canalização da «Sociedade do Gás de Lisboa».

Já então tinham sido efectuadas experiências com carruagens eléctricas mas os acumuladores não tinham a duração que se esperava e desejava.

Estávamos em 1889. Internamente as coisas não corriam bem. Os concorrentes, por seu lado, aproveitavam e abusavam. Havia linhas em que circulavam mais carros «não americanos» que «americanos». A nova direcção a fim de minorar os efeitos desastrosos dessa concorrência tomou várias deliberações tais como baixar as tarifas, encurtar carreiras e reduzir a bitola da linha. Chegou a ir-se de Lisboa a Belém por 3 vinténs, de Santo Amaro ao Conde Barão ou de Santos a Santa Apolónia ou Intendente por 4 vinténs! Apesar de neste ano se terem vendido mais de 6 milhões de bilhetes, as acções andavam numa furiosa contradança de mão em mão; dizia-se que as mulas morriam de fome e fadiga!

As experiências com carros eléctricos continuavam. Mas os resultados eram tão desanimadores que se dizia que a tracção eléctrica não tinha ainda chegado a provar a sua utilidade e economia em relação a qualquer outra tracção!...

De 1890 a 1894 a situação agravou-se. Novas dissidências entre accionistas, epidemias, sucessos políticos, greves e crise económica. Entretanto algumas das concorrentes da Carris já se haviam «entregado», tendo transitado para Santo Amaro o respectivo material circulante. Assim ficou a frota da Companhia elevada para 332 carros dos mais variados sistemas, tamanhos e feitios.

Em 1895 a Carris pede à Câmara licença para substituir a tracção animal pela eléctrica, que então já havia no Porto.

No ano seguinte, o déficit avoluma-se, o gado ia diminuindo, pois morreram 195 cabeças e, em 31 de Dezembro, havia 461 na enfermaria. Os relatórios da Direcção e do Conselho Fiscal são pouco animadores e insiste-se junto da Câmara para que esta autorizasse a tracção eléctrica, com o argumento convincente de que «o barulho das ferraduras sobre as pedras das calçadas deixará de ser incómodo para o público»...

Eram então maiores accionistas: Henry Burnay & C.^a, Ernesto Empis, Henrique Burnay, Carlos Krus, Eduardo John e C. Andresen.

Finalmente em 1897, uma nova era se abre para a Companhia. A Câmara autoriza por escritura de 5 de Junho a substituição do actual sistema de tracção nas suas linhas, pela tracção eléctrica.

Na lista dos accionistas existentes em 31 de Dezembro de 1898, viam-se os nomes de Henry Burnay & C.^a, Henrique Burnay, Carlos

Krus, Eduardo John, Alfredo da Silva, Constant Burnay, F. Baerlein, Martin Weinstein, Simão Anahory, Ernesto Empis, etc.

Obtida a provação do projecto de substituição, a Direcção da Carris apresenta à Assembleia Geral de 16 de Fevereiro de 1899 o contrato a firmar com a «Lisbon Electric Tramways Limited» sociedade anónima com sede em Londres, para a transformação das linhas americanas da capital.

O relatório da gerência de 1900, já vinha assinado por W. B. Rommel, Alfredo da Silva, Carlos Krus e Z. Consiglieri Pedroso.

No dia 31 de Agosto de 1901, às 4,40 da madrugada, saía o primeiro eléctrico de Santo Amaro, trinta e tantos minutos depois chegava ao Cais do Sodré e de lá começou, às 6 horas, a primeira carreira Cais do Sodré-Algés. Pouco depois já circulavam 16 carros eléctricos.

Um jornal da época afirmava que os carros eram «cómodos, elegantes, amplos e, podemos dizer, luxuosos».

Para terminar este capítulo da história da Companhia, permito-me ainda transcrever do trabalho já citado, de onde se resumiram as notas que acabei de ler a V. Ex.^{as}, a seguinte passagem:

«Não foi completamente feliz a inauguração. Logo nas primeiras horas, um choque com um carro da «Luzitana»; mais tarde em Belém, um cavalo de uma patrulha da Guarda Municipal, assustava-se com o toque da campainha de alarme de um carro e, como era arisco, empreendeu uma carreira louca e foi esbarrar-se num tapume em Santo Amaro depois de ter ido de encontro a um eléctrico guiado pelo guarda-freio conhecido por João Galego que ficou com dois dedos de uma mão esmagados e que tiveram que ser amputados no Hospital de S. José. O mesmo jornal, muito a sério, informava no dia seguinte: Pelas informações que colhemos na Junqueira, tiramos por conclusão que o culpado deste desastre foi o cavalo!

«Lisboa tinha, enfim, eléctricos».



Pode dizer-se que são já dos nossos dias, os dois períodos seguintes da vida da Companhia: o dos carros por tracção eléctrica (anos de 1901 até ao presente) e dos auto-carros em sobreposição àqueles (anos de 1944 até ao presente).

À inauguração da primeira carreira de eléctricos do Cais do Sodré a Algés, outras se seguriam em ritmo acelerado. Peritos nacionais e ingleses, num esforço digno do maior apreço, dedicaram toda a sua

capacidade em dotar a Capital de um serviço que, como é do domínio de todos, tem sido considerado como um dos melhores existentes e que muito tem contribuído para o seu desenvolvimento e expansão. Entre Emílio dos Santos Segurado e entre os segundos, o do Eng.º Mr. William os primeiros é de justiça mencionar o nome do falecido Eng.º Sr. João B. Rommel.

A Estação Geradora de Santos, situada no Cais da Viscondessa, em terreno adquirido ao Estado, foi então dotada da mais perfeita aparelhagem, o mesmo requisito sendo observado, quanto à instalação de linhas, rede aérea e material circulante.

Todas as dificuldades de ordem técnica que uma remodelação desta natureza apresenta foram corajosamente enfrentadas e resolvidas com êxito, mencionando-se como exemplo, a da instalação da linha da carreira da Graça que, pela natureza especial da zona servida, chegou quase a ser considerada impraticável.

A boa qualidade de materiais empregados e ainda a orientação sempre seguida de se manter a instalação no mais perfeito estado de conservação, seguindo-se rigorosamente os programas anuais de renovação pré-estabelecidos, tornou possível manter-se sem quebra de eficiência, o serviço de transportes na cidade, durante os anos difíceis das guerras mundiais de 1914 e 1939.

As dificuldades na aquisição de materiais foram prementes, sendo de justiça afirmar-se que se o público em geral nunca chegou a sofrer qualquer interrupção no serviço de transportes, isso se deve em grande parte, não só ao bom estado em que se encontrava a instalação — que tornou possível, sem qualquer risco, um adiamento de certos trabalhos normais de conservação — como ainda aos stocks existentes que, em muitos casos, mercê da competência e espírito de compreensão de dirigentes e dirigidos, puderam ser aplicados como solução de emergência depois de sofrerem modificações, por vezes profundas, que os tornassem utilizáveis, conforme as circunstâncias.

Recorda-se o autor destas notas, das sérias preocupações que a todos causou, na guerra de 1939, a eminência, por mais de uma vez verificada, de um corte profundo de serviço, devido à dificuldade na obtenção de aros para as rodas dos carros eléctricos. Graças porém ao esforço conjugado das entidades oficiais e dos responsáveis pelos serviços dentro da Companhia, tudo se veio a resolver sem prejuízo para o público.

Hoje, o serviço de transportes na Cidade por carros eléctricos compreende uma rede com a extensão total de linha assente de 160 quilómetros sendo de 37, o número de carreiras ordinárias servidas.

É de notar que cerca de 14 milhões de passageiros transportados

por ano beneficiam da tarifa especial vendida nos carros classificados de «operários».

Em todos os seus serviços, emprega a «Carris» à volta de 5.500 funcionários de várias categorias e profissões. Entre eles contam-se quase 1.600 com mais de 20 anos de bons serviços! Alguns ainda do tempo dos «carros americanos»! Menciono a propósito que ainda a semana passada, foram recebidos e louvados pela Direcção da Companhia, 2 antigos empregados que se reformaram por limite de idade, um com 52 outro com 48 anos de bons serviços.

Os serviços classificados de sociais, têm sempre merecido a melhor atenção da Companhia. A Assistência na Doença data do ano de 1904 e a constituição de um Fundo de Previdência, do ano de 1921. Este fundo, foi, por assim dizer, a primeira pedra para a constituição da actual Caixa de Previdência do Pessoal, cujas reservas matemáticas já ascendiam em 31 de Dezembro do ano findo a 78.000 contos, sendo presentemente as receitas arrecadadas para os seus diversos fins, da ordem dos 20.000 contos por ano. O número de reformados por limite de idade e invalidez a cargo da Caixa e da Companhia (estes últimos, pelo tempo de serviço prestado até 1921, data da fundação da Caixa) é de 386.

Hoje, os serviços sociais da Companhia acham-se alargados por forma apreciável e assim, mencionarei, entre outras regalias concedidas ou iniciativas auxiliadas, as seguintes: — A Cantina, que fornece artigos de alimentação e outros com desconto, a colónia balnear para filhos de empregados, utilização gratuita de balneário a todo o pessoal, fornecimento gratuito de fardamentos e utilização da Barbearia ao pessoal do Movimento, refeitório e biblioteca com aparelho de rádio, fornecimento de café durante o inverno ao pessoal que trabalha de noite, Grupo Desportivo, Banda de Música, Revista Cultural, etc.

Nas oficinas em Santo Amaro, que V. Ex.^{as} acabaram de visitar e que, por razões estranhas à sua vontade, não pode ainda a Companhia modernizar, são levados a efeito por operários competentes, todos os trabalhos de reparação e conservação do material. Nas mesmas oficinas, foram construídos, reconstruídos e montados, desde o ano de 1922, 277 carrossarias completas de carros eléctricos e atrelados, sendo de notar que o programa referente à construção das últimas 30, foi executado durante o após-guerra mundial de 1939.

Não desejo alongar estas breves notas com mais referências à actividade da Companhia, no que respeita ao serviço de carros eléctricos.



Para concluir darei agora a V. Ex.^{as} uns breves esclarecimentos sobre a recente instalação do serviço de auto-carros, em sobreposição ao dos carros eléctricos.

Julgo que todos nós estaremos de acordo em reconhecer que o acréscimo de passageiros verificado nos últimos anos, anulou em grande parte os esforços da Companhia no sentido de bem servir a população, aumentando na medida do possível, o número de carros eléctricos em serviço.

Com o apoio das entidades oficiais competentes, elaborou a Companhia em 1946 um plano de expansão de serviços, com base numa larga rede de auto-carros, e com vista a reforçar o serviço de carros eléctricos. Já então circulavam desde 1944, as primeiras carreiras servidas por um número limitado de auto-carros.

Para execução desse plano, foram desde logo construídas na Estação das Amoreiras as instalações apropriadas que V. Ex.^{as} hoje visitaram, compreendendo estações de lavagem e de serviço, devidamente equipadas com a mais moderna aparelhagem, parque de estacionamento, tanques para depósito de óleos, etc.

É de notar que, da frota total da Companhia, as carrossarias de 16 veículos foram construídas em Portugal, as de 3 construídas nas oficinas da Companhia e as de 20 montadas por seu pessoal numa dependência que expressamente para esse fim foi alugada na Travessa da Galé, próximo a Santo Amaro.

O capital investido neste novo serviço, é da ordem dos 70.000 contos.

A rede actual de auto-carros compreende 18 carreiras diferentes, cobrindo uma extensão total de 223 quilómetros, sem se considerarem os percursos ocasionais feitos quando necessário para o Estádio, Gare Marítima, etc.

É certo, e todos nós o sabemos, que a cidade de Lisboa oferece condições particularmente difíceis para a resolução de vários problemas ligados aos transportes da sua população, principalmente nas horas de maior afluência de passageiros, as nossas já bem conhecidas «horas de ponta».

No entanto, mercê dos esforços, boa vontade e competência da Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Geral dos Serviços de Viação e outros departamentos oficiais, muitas dificuldades já têm sido brilhantemente vencidas, como ainda bem recentemente a das duas «gargantas» da Rua do Arsenal e Rua de S. Pedro de Alcântara, que tantos embarços desde sempre causaram ao trânsito.

Trabalhos de tal natureza dão à Carris possibilidades de esta

poder aplicar todos os seus esforços e recursos, cuja capacidade V. Ex.^{as} acabam de apreciar, no sentido do serviço de transportes a seu cargo ser levado a efeito com a eficiência por todos desejada.



Agradeço a V. Ex.^{as} a amável atenção dispensada a esta curta exposição.

Não desejo porém terminar sem afirmar a V. Ex.^{as} a minha inabalável confiança no futuro. A Carris, sempre pronta a colaborar com as entidades oficiais respectivas, de quem vem recebendo o mais decidido e valioso apoio, — permitindo-me a, de entre estas, destacar o Senhor Comissário do Governo, Dr. António Luís Gomes — continuará a envidar os maiores esforços para melhorar e ampliar os seus serviços, por forma a facultar à população de Lisboa um serviço de transportes digno da nossa muito querida e progressiva Capital.

Sendo esta, na realidade, a preocupação dominante de nós todos, é de resto também a dos dirigentes da Carris, que, afinal, são também sinceros «Amigos de Lisboa».

Tenho dito.

ASSEMBLEIA GERAL DE 1950

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1949

Prezados consócios:

No cumprimento do determinado pelos Estatutos, temos a honra de vir apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório e Contas da nossa Gerência do ano de 1949.

ACTIVIDADE DO GRUPO — Mais uma vez nos é grato afirmar no começo deste documento, a V. Ex.^{as} submetido, que a projecção do Grupo na vida intellectual e social da cidade se planificou em demonstrações de intensa vitalidade, conseguindo-se não afrouxar de qualquer modo na tarefa que desde o primeiro momento assumiu: — a do estudo porfiado dos problemas de Lisboa, designadamente os que se prendem com a expansão e remodelação duma grande parte da nossa cidade, com as fragilidades da sua vida social e com a defesa do seu património artístico.

A marcha ascendente da nossa população associativa prova-se pelo seguinte quadro:

Existência em 1 de Janeiro de 1949		1.378
Falecidos	22	
Demitidos	81	103
	—	—
		1.275
Readmitidos	6	
Admitidos	121	127
	—	—
Sócios em 31/12/1949		1.402

Também no ano que findou continuaram as nossas visitas de estudo a marcar um aspecto curioso da vida cidadina, com o seu justo eco na Imprensa e crescente interesse dos nossos associados e das instituições visitadas. É esta uma nota digna de todo o relevo na história da nossa vida cultural: graças à acção do Grupo, verifica-se com as nossas visitas, não apenas um intento de divulgação e de ensino, mas simpaticamente uma obra não inferior de aproximação de bairros e de camadas sociais, que não pode deixar de ter influência benéfica na mútua compreensão e interesse de muitos dos habitantes da cidade.

Não deve deixar-se de notar e recordar que desde a sua fundação em 1936 até hoje o Grupo promoveu cerca de cento e noventa visitas de estudo cujo interesse é fácil de deduzir pelo concorrência que invariavelmente as caracteriza.

Podemos afoitamente repetir a afirmação do orgulho que temos de havermos sabido mostrar Lisboa aos que nela vivem. E o elogio da nossa obra está não pouco na imitação que nos é feita hoje por muitas outras colectividades e grupos, o que de resto nos não desgosta, antes pelo contrário.

Outra nossa notável realização continua sendo a publicação regularíssima do nosso boletim OLISIPO, que procura manter sob a esfera da influência do Grupo os próprios sócios cuja vida os afasta da nossa convivência. Há treze anos, trimestralmente os visita, a afirmar-lhes periodicamente a nossa presença de bons propagandistas de tudo o que à vida de Lisboa interessa, um capítulo de história, uma crónica de tempos idos, uma impressão de momento actual, uma nota pitoresca, etc., etc.

Tal capítulo está sendo, por sinal, uma das nossas absorventes tarefas, porquanto o preço dos trabalhos gráficos tem duplicado, triplicado, e dificilmente realizamos receitas de publicidade que o compensem.

VENDA DE LIVROS — Continua sendo uma das facilidades que temos procurado desde sempre prestar aos nossos consócios a da aquisição de livros por nosso intermédio, com o desconto de 10 % a seu favor. Estimaremos que este serviço se divulgue para mútuo interesse do nosso Grupo e dos nossos consócios.

FEIRA DO LIVRO — Continuámos com a nossa barraca na Feira do Livro, a qual mereceu dos nossos consócios e do público em geral o interesse dos anos anteriores.

BIBLIOTECA — Continua ao serviço cómodo dos nossos consócios a Biblioteca com os seus 3.829 volumes de obras de variados géneros. A escassez dos nossos recursos não nos tem permitido a aquisição de certas obras que gostaríamos de ter nas nossas estantes, mas continuamos contando com a generosidade dos nossos consócios e amigos para gradualmente a enriquecer com as suas dádivas que serão acolhidas com o maior agradecimento.

CONSÓCIOS FALECIDOS — Neste lutuoso capítulo de todos os nossos relatórios, tivemos a lamentar o falecimento de 22 consócios prestantíssimos, a cujas famílias não faltou a expressão oportuna do nosso mais profundo pesar. Seja-nos permitido prestar hoje uma especial homenagem à memória de Henrique de Campos Ferreira Lima e Jesuíno Ganhado, consócios dedicados do nosso Grupo desde a primeira hora, a cuja obra de cultura deram bastas vezes a honra da sua presença e do seu convívio.

LEGADO JOÃO MARIA FERREIRA — Conforme foi descrito no Relatório do ano transacto teve este nosso saudoso consócio, a nobreza de promover disposições testamentárias a favor do Grupo «Amigos de Lisboa». Os efeitos desse testamento todavia só se exercerão a favor do Grupo quando cessarem aqueles que estão consignados aos seus usufrutuários. Para que seja do conhecimento dos nossos consócios e ainda para efeitos de arquivo, o testamento vai transcrito em página a seguir.

E não é demais repetir quanto a esta Junta Directiva foi grato registar tão

delicado gesto de benemerência, de quem em vida foi um distinto poeta e na verdade, e com toda a propriedade: um Amigo de Lisboa.

SALDO PARA 1950 — Pelo exame das contas apresentadas terão V. Ex.^{as} verificado que ficou apurado das contas do exercício de 1949 um saldo de 3.762\$02.

CONCLUSÕES — Exposto sucintamente quanto, a nosso ver, importa submeter da tarefa realizada à generosa consideração de V. Ex.^{as} temos a honra de propor:

1.º — Que V. Ex.^{as} se pronunciem sobre as contas apresentadas.

2.º — Que V. Ex.^{as} se associem a um voto de profundo pesar pela perda dos nossos consócios falecidos durante o ano.

3.º — Que V. Ex.^{as} aprovem um voto especial do muito agradecimento que devemos a todas as entidades oficiais ou particulares, a quem temos solicitado autorização para as visitas culturais do ano findo e bem assim às individualidades que têm dirigido essas visitas.

4.º — Que V. Ex.^{as} justamente aprovem idêntico voto de agradecimento e muito apreço pelo muito que devemos à Imprensa de Lisboa e do Porto, que da nossa actividade cultural tem feito obsequiosamente uma valiosa publicidade.

5.º — Que V. Ex.^{as} aprovem um voto de louvor à nossa prestimosa Comissão de Contas, que com tanto desvelo e louvável espírito de cooperação sempre tem acompanhado a acção da Junta Directiva.

6.º — Que V. Ex.^{as} aprovem idêntico voto de louvor à nossa Comissão de Propaganda e Cultura, que tão assiduamente tem acompanhado a nossa obra cultural e de propaganda.

7.º — Que V. Ex.^{as} justamente aprovem um voto de louvor ao nosso pessoal pelos bons serviços prestados e, em especial, ao chefe dos serviços de secretaria, sr. Caetano dos Reis e ao nosso guarda-livros sr. Fernando de Mascarenhas que, a despeito da desactualização dos seus vencimentos, não tem afrouxado no desvelo dos seus serviços, pelo que bem merecem esta prova especial do nosso apreço.

8.º — Que do saldo do exercício e Fundo Variável se amortize a conta Biblioteca em 1.375\$16 e a conta Móveis e Utensílios em 220\$00 passando o restante a conta nova.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1950.

A JUNTA DIRECTIVA

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 1949

Ex.^{mas} Consócios:

Pelo determinado dos nossos estatutos no que se refere a a) B. do art. 41.º a Comissão de Contas vem com muita honra apresentar a V. Ex.^{sa} o parecer acerca da acção desenvolvida no ano findo pelos Ex.^{mos} Corpos Directivos do nosso cultural grupo «Amigos de Lisboa».

Tendo sempre acompanhado como nos competia toda a actividade das várias secções movimentadas pelos nossos corpos orgânicos, verificámos que a Ex.^{ma} Junta Directiva com o seu bom critério administrativo tem conseguido sempre elevar a um alto grau cultural a sua missão de divulgação Olisiponense, não só pela actividade mantida em publicações de muito interesse desta oito vezes centenária Lisboa como também pelo desenvolvimento da nossa valiosa biblioteca actualmente representando um valor positivo, e temos em grande destaque a meticolosa orientação financeira conseguindo-se no ano findo um elevado saldo apesar de se manter ainda a quota no valor iniciado na fundação deste agrupamento.

Acerca da actividade da Ex.^{ma} Secção de Movimento Cultural e Propaganda apraz-nos registar a nova organização das visitas culturais que deu motivo a criar louvores e entusiasmo entre os nossos dignos associados e origem a ter-se verificado um notável aglomerado de entusiastas em todas as visitas efectuadas, de entre estas algumas aqui merecem referência especial, a que se efectuou ao luxuoso paquete «Moçambique», muito apreciada pelos senhores visitantes, uma levada a efeito às instalações fabris da «Standard Electrica» e outra realizada ao antigo prestimoso Ginásio Clube Português, muito instrutivas e de grande utilidade nacional. Foi para nós muito grata a gentileza que a Ex.^{ma} Direcção da Carris teve para com todos os senhores visitantes às suas modelares instalações das Amoreiras e Santo Amaro proporcionando-lhes um agradável passeio nos seus cómodos auto-carros e uma invulgar recepção que muito sensibilizou os «Amigos de Lisboa» e por último o ineditismo do Passeio no Tejo de manhã com a surpresa da filmagem destes dois tradicionais passatempos, iniciativa de um dos nossos mais activos Directores. Neste parecer é-nos muito grato registar a atenção que a digníssima Imprensa de Lisboa tem dedicado ao nosso Grupo, não só pela inúmera publicidade das nossas visitas e conferências como também pelos louváveis comentários à nossa actividade.

Os ilustres conferentes que têm deliciado os nossos prezados consócios com as suas eruditas palestras também de nós merecem palavras de agradecimento.

Para os serviços de Secretaria vão os nossos altos louvores, especialmente

dedicados ao nosso activo chefe sr. Caetano dos Reis, e assim terminamos este nosso parecer, propondo que V. Ex.^{as} se dignem aprovar.

— Votos de louvor à Ex.^{ma} Junta Directiva e à digníssima Secção de Movimento Cultural e Propaganda pela sua persistente actividade que muito dignifica o nosso Grupo.

— Que se enviem às Direcções da illustre Imprensa de Lisboa cordeais agradecimentos pela muita dedicação que nos tem prestado.

— Que sancioneis o Relatório e Contas da Ex.^{ma} Junta Directiva onde se verifica uma bem orientada administração financeira.

Em 13 de Janeiro de 1950.

A BEM DE LISBOA

A COMISSÃO DE CONTAS

Presidente — Luís Chaves Lopes

Secretário — Henrique Marques Júnior

Relator — Teodoro Lopes Ramos

TESTAMENTO DE JOÃO MARIA FERREIRA

«Eu João Maria Ferreira, solteiro, proprietário, sem descendentes, morador na rua D. Pedro V, 53-2.º, em Lisboa, venho por esta forma fazer o meu testamento e disposições das minhas últimas

Lego o usufruto simultâneo, sucessivo e em partes iguais do meu prédio na rua Prior do Crato (D. António), n.º 50, 52 e 54, e Calçada do Livramento, n.º 1, 3, 5, 7 e 9 a minha irmã Maria Adelaide Ferreira Caldeiron, aos meus compadres João Kruss Gomes e Augusto Dias da Silva e ao meu amigo Octávio Rodrigues Campos. Para administração deste usufruto nomeio o meu primeiro testamenteiro, em concordância com todos os usufrutuários. Lego, desde já, a propriedade deste meu prédio à Sociedade Nacional de Belas-Artes, de Lisboa; mas a Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa só entrará na posse do rendimento deste prédio, por mim legado, depois do falecimento de todos. Por este legado a Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa fica obrigada à edição das minhas obras inéditas, que forem encontradas no meu cofre n.º 720 do Montepio Geral e em minhas malas; a publicar todas as impressões críticas que sobre a minha obra forem publicadas pela imprensa e a fazer edição das obras e publicar, etc., etc., etc., instituir um prémio, etc., etc., etc. À mesma Sociedade

de Belas-Artes eu lego as consignações dos meus trabalhos literários e depósitos nas livrarias excepto os que tenho em conta de consignação no Grupo «Amigos de Lisboa», estes lego eu ao mesmo Grupo depositário. Este prédio está à data deste meu testamento hipotecado no Montepio Geral, em conta corrente. No caso de não existir já a Sociedade Nacional de Belas-Artes na data de entrar na posse deste meu legado, ou no caso de se negar ao cumprimento de algumas das cláusulas deste meu legado, passará este legado com todos os seus direitos e obrigações para o Grupo «Amigos de Lisboa», do qual sou também sócio. — Este meu prédio é livre de foro e os restantes meus prédios, à data deste meu testamento, são ainda foreiros à Câmara Municipal de Lisboa. — Todos os meus prédios ficam situados na freguesia de Alcântara em Lisboa. — Lego o usufruto sucessivo do meu prédio situado na calçada do Livramento n.º 25, 27 e 29, em primeiro lugar a minha irmã Maria Adelaide Ferreira Calderon; em segundo lugar ao meu amigo Octávio Rodrigues de Campos; em terceiro lugar a minha sobrinha Veiga Dias da Silva. Lego, desde já, a propriedade deste meu prédio ao Grupo «Amigos de Lisboa», o qual só entrará na posse do seu rendimento depois do falecimento de todos os usufrutuários. — Lego o usufruto sucessivo do meu prédio situado na calçada do Livramento n.º 31, 33 e 35 em primeiro lugar a Augusto Dias da Silva; em segundo lugar ao meu afilhado João Kruss Gomes; em terceiro lugar a Octávio Rodrigues de Campos; em quarto lugar a Maria Virgínia Veiga Dias da Silva. — Lego, desde já, a propriedade deste meu prédio ao Grupo «Amigos de Lisboa» o qual só entrará na posse do seu rendimento depois do falecimento de todos os usufrutuários. — Lego o usufruto sucessivo do meu prédio situado na calçada do Livramento n.º 45, 47 e 49, em primeiro lugar a minha irmã Maria Adelaide Ferreira Caldeiron; em segundo lugar a Augusto Dias da Silva; em terceiro lugar a minha afilhada Maria Amália Pinto; em quarto lugar a Octávio Rodrigues de Campos, em quinto lugar a Maria Virgínia Veiga Dias da Silva. — Lego, desde já, a propriedade deste meu prédio ao Grupo «Amigos de Lisboa», o qual só entrará na posse do seu rendimento depois do falecimento de todos os usufrutuários»

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candeeiros de cristal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquissetes e voiles suíços
————— Carpetes de lã —————

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)
— TELEFONE 26441 —

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Capital realizado 80.000.000\$00
Fundos de reserva . . . 90.000.000\$00

SEDE EM LISBOA

Dependências urbanas:

Alcântara, Poço do Bispo, Conde Barão, Almirante Reis, Benfica, Praça do Brasil, Praça Duque de Saldanha, Praça do Chile e Graça.

Filiais:

Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã e Ponta Delgada.

Agências:

Torres Vedras, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Gouveia, Estoril, Tortozendo, Abrantes, Mangualde, Figueiró dos Vinhos, Olhão, Matozinhos, Moura, Guarda, Espinho, Montijo, Vila Franca de Xira e Montemor-o-Novo.

==== **Todas as operações bancárias** ====

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.

L I S B O A

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de **Esc. 179.300.000\$00**

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. **DIAMANG**

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

José Tavares Paulo

Representação em Luanda

Representante

Cap. Mário Augusto da Costa

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, prefiram a conhecida Companhia Inglesa

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na

Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Em LISBOA

Rua do Alecrim, 38-2.º

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL

Fundada em 1938

Director — ÁLVARO PINTO



Preços das assinaturas por ano
com direito aos números especiais:

Portugal 190\$00

Brasil 180 cr.

Col. Portuguesas e Espanha 190\$00

Estrangeiro 100 dól.



R. de S. Felix, 41-1.º-D. — Lisboa

PORTUGAL



EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62177-62178
AVENIDA 24. DE JULHO 138 - LISBOA

ADQUIRO O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTERMOS MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

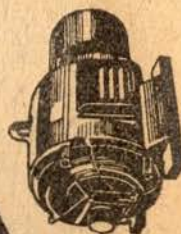
LÂMPADAS

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE

Fabrico nacional



COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE

RUA DO COMÉRCIO, 85
LISBOA

SUCURSAL

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Angola»	18.250 Ton.	«Lourenço Marques»	6.400 Ton.
«Sofala»	12.500 »	«Cabo Verde»	6.200 »
«Moçâmedes» n/m.	9.100 »	«Congo»	5.000 »
«Rovuma» n/m	9.100 »	«Nacala»	2.390 »
«S. Tomé» n/m	9.100 »	«Tagus»	1.600 »
«Niassa»	9.000 »	«Chinde»	1.393 »
«Nova Lisboa»	8.800 »	«Luabo»	1.385 »
«Cubango»	8.300 »	«Inharrime»	1.000 »
«Quanza»	6.500 »	«Save»	763 »

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: BENS A ÚDE — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

A G E N T E S

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.º
Telef. 20214/15

Passagens de 1.^a e 2.^a classes
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

SOCIEDADE GERAL DE REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Na Madeira

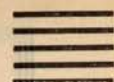
BLANDY BROTHERS & C.^o, L.^{da}

Em S. Miguel

BENSAÚDE & C.^a, L.^{da}



AMIGOS DE LISBOA



EDIÇÕES

	PREÇOS PARA os sócios	PARA o público
A cor de Lisboa	10\$00	12\$00
Lisboa de ontem e de hoje, do sr. Rocha Martins	8\$00	10\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	5\$00	7\$50
«Olisipo» n.ºs 3/8, 12/14, 16/17, 20/21, 23/24	4\$00	5\$00
«Olisipo» n.ºs 25/50	8\$00	10\$00
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00

A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	5\$00	6\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	10\$00	12\$50
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00

ALFREDO DA CUNHA

Olisipo, berço do periodismo português	4\$00	5\$00
--	-------	-------

ANTÓNIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus	8\$00	10\$00
----------------------------------	-------	--------

ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	4\$00	5\$00
Bagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	4\$00	5\$00
--	-------	-------

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

JORDÃO DE FREITAS

O Paço Real de Alcântara	9\$00	10\$00
--------------------------------	-------	--------

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavahadas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa em 1795 ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

LUÍS MOITA

Ermida de Santo Amaro	7\$00	8\$00
-----------------------------	-------	-------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

Ascendentes de Camilo	12\$00	15\$00
-----------------------------	--------	--------

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00
--	-------	-------

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Igreja e o convento da Graça	5\$00	7\$50
Igreja da Conceição Velha	2\$00	3\$00
Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém	45\$00	50\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena monografia de S. Vicente	5\$00	6\$00
--	-------	-------

CONSIGNAÇÕES

PREÇOS PARA os sócios o público

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	15\$00	20\$00
-----------------------	--------	--------

EDUARDO NEVES

Lisboa na Numismática e na Medalhística	9\$00	10\$00
---	-------	--------

FERREIRA DE ANDRADE

Do Convento de Nossa Senhora de Jesus	36\$00	40\$00
Relação das casas foreiras	13\$50	15\$00
Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital Militar de Belém	18\$00	20\$00
---	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	4\$00	5\$00
Lisboa (comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e Sombras medievais	45\$00	50\$00
----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo	9\$00	10\$00
---	-------	--------

JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada	9\$00	10\$00
--	-------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A urbanização de Lisboa	12\$00	15\$00
-------------------------------	--------	--------

JULIETA FERRÃO

Lisboa, 1870	9\$00	10\$00
--------------------	-------	--------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras	6\$50	8\$00
Crítica, correcções e aditamentos	5\$00	6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé	6\$50	7\$50

MANUEL VICENTE MOREIRA

Jardins de Lisboa e Porto	6\$00	7\$50
---------------------------------	-------	-------

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7\$00	8\$00
--	-------	-------

ROQUE GAMEIRO

Lisboa Velha	160\$00	180\$00
--------------------	---------	---------

RUY DE ANDRADE

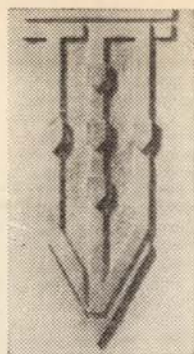
Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina	4\$00	5\$00
--	-------	-------

RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense	45\$00	50\$00
---	--------	--------

E AS EDIÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DA ANTIGA IMPRENSA DE COIMBRA E DA IMPRENSA NACIONAL

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º Esq.

LISBOA

ELECTROLUX

A MARCA DE REPUTAÇÃO MUNDIAL



FRIGORÍFICOS
ASPIRADORES DE PÓ
ENCERADORAS ELÉCTRICAS
MÁQUINAS DE COZINHA
MÁQUINAS PARA LAVANDARIAS
MOTORES PARA FORA DE BORDA

ELECTROLUX, LIMITADA

LISBOA

Rua Pascoal de Melo, 7
Telefs. 4 8378/5 0516/5 4130

Salão de Vendas
Avenida da Liberdade, 141
Telefs. 2 8246/3 2901

PORTO

Praça da Liberdade, 123
Telefs. 2 5436/7

COIMBRA

R. Simões de Castro, 158-2.º
Telef. 4561

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

DIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Marim Amal, 2-10 — Telefone 28336
Rua do Alcazar, 7-11 — LISBOA

SALVARAM UMA ALMA

Rua Dr. Vasconcelos Arruda

Romance baseado num principio novo

Euredo entre as duas grandes Almas de um padre e de um medico

Preço 1500 — A venda nas livrarias

Em deposito: **José Francisco d'Alvares**
Rua de Anjos, 100 — LISBOA

CASA DOS PANOS

Seitens completo em
panos brancos e cor — de
1 a 40 — preço de 500 a 1000
alguns.

63 Rua do Carmo, 4º
andar, 14 B, de 1. João

O que
nunca
se viu...

Desde que se descobriu a electricidade e
que se aproveitou para iluminar e
aquecer as casas, os electricistas applicam
esta descoberta para a industria e para
a agricultura. Mas sempre houve
muita gente que se recusava a aceitar
esta descoberta e a aproveitar-se
della para melhorar a vida e a industria.

Muita gente que se recusava a aceitar
esta descoberta e a aproveitar-se
della para melhorar a vida e a industria.
Muita gente que se recusava a aceitar
esta descoberta e a aproveitar-se
della para melhorar a vida e a industria.

A COMPANHIA REUNIDA GAS E
ELECTRICIDADE, para melhorar a vida
e a industria, applica a electricidade
para a industria e para a agricultura.
Muita gente que se recusava a aceitar
esta descoberta e a aproveitar-se
della para melhorar a vida e a industria.

PARA UMA VIDA MELHOR

INAUGURAÇÃO
ADIADA
POR IMPOSSIBILIDADE DE OBTIVER
ENERGIA ELECTRICÁ



Companhia Reunida Gas e Electricidade
LISBOA

Homão & Comp. Antiquários

17, R. do Príncipe, 40
Telefone 3142
LISBOA

Alberto Alves Natário

Cidade de Lisboa, 11, 11.º andar

Vivenda Yolanda
belo do Alentejo
AMADORA

Compramos

carros de bons autores,
grandes e pequenas
quantidades.

Estreita Garrett, 40
LISBOA

A PARCELA ANTONIO MARIA PEREIRA

acabou de lançar a publico a 3.ª edição de

“ANA PAULA”

em parceria com

JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

Um dos mais importantes livros da literatura portuguesa
republicados tambem e ainda os restantes volumes da fu-
tura serie de romances de ANTONIO MARIA PEREIRA: «CRONICA DA VIDA
E MORTE», «AMSTEDAM», «O CAMINHO DA CULPA»,
«TOMAS VERDES EM FUNDO ESCURO».

Em livro «ESPELHO DE BRAS PAÇOS» a proxima
publicação da parceria com a obra de

Bertrand (Irmãos),

Fotocromia

Tipografia

Fotolito

Desenho

T. Condesa do R. 27 — Telef. 21348-21327